

IDESP
IDESP
IDESP

INSTITUTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS DE SÃO PAULO
Av. Dr. Arnaldo, 1973 - Sumaré
São Paulo - SP - 01255
Tel.: (011) 864.7500

SÉRIE TEXTOS IDESP

A ASCENSÃO DO POPULISMO ADHEMARISTA
EM SÃO PAULO - 1946/1947^(*)

John D. French
(UTAH STATE UNIVERSITY)

Nº 19

1987

(*) Este texto de John D. French foi apresentado ao encontro da American Historical Association de 1986, em Chicago. É aqui publicado como parte da série sobre história eleitoral que o Idesp vem organizando com o apoio da Fundação Ford; mas não pode ser reproduzido ou distribuído por terceiros, sem a permissão expressa do autor. A tradução foi feita por Diana Ricci Aranha e revisada por Bolivar Lamounier.

Sumário

Introdução

- I. A Política Paulista e a Dinâmica do Conflito Social, 1945-1946
- II. Os Aliados Possíveis dos Trabalhadores na Elite: As Eleições de 19 de Janeiro de 1947.
- III. A Busca de Aliados Urbanos por Adhemar: A Dinâmica Populista Emergente no ABC em 1946.
- IV. A Jogada de Adhemar: A Aliança Comunista/Progressista nas Eleições de Janeiro de 1947.
- V. Os Trabalhadores no Governo? O Interlúdio Populista de Março-Maio de 1947.
- VI. Adhemar de Barros e o Significado do "Oportunismo"

Notas

Anexo: Cronologia

Falecido em 1969, o político paulista Adhemar de Barros continua sendo o principal ponto de referência nos esforços acadêmicos para se entender o populismo no Brasil do pós-guerra. Nascido em uma família de cafeicultores politicamente ativa, sua carreira se desenvolve num período de tumultuadas transformações que vão desde a Revolução de 1930 até o golpe militar de 1964. Tendo sido chefe do Executivo Estadual em três ocasiões (1938-41; 1947-50; 1962-66) e prefeito da cidade de São Paulo entre 1957 e 1961, a figura de Adhemar aparece em destaque na vida política do estado mais populoso e de maior desenvolvimento econômico do país.

Adhemar foi uma força importante no cenário nacional. Seu apoio ajudou a assegurar a eleição de Getúlio Vargas para Presidente em 1950, como candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar. Embora sendo fundamentalmente uma figura regional, suas candidaturas presidenciais subsequentes receberam um significativo apoio nacional (26% em 1955 e 19% em 1960), e o seu PSP era o quarto maior partido brasileiro no começo dos anos 60.

Contudo, uma visão genérica e incompleta continua a dominar nossa compreensão acerca de Adhemar de Barros que, assim como seu adversário populista Jânio Quadros, é mais frequentemente lembrado como "um demagogo sem qualquer conteúdo sociológico". (1) Até hoje, têm havido poucos esforços no sentido de se aprofundar a compreensão do fenômeno "Adhemarismo", mesmo que esquematicamente, afóra as diversas críticas contemporâneas bem conhecidas. Um excelente estudo de Regina Sampaio, de 1982, forne-

*Regina Sampaio de Souza
Família de Jânio
Quadros*

*Jânio
(1962)*

ceu-nos um maior esclarecimento da trajetória especificamente política de Adhemar e seu partido(2). No entanto, o amplo significado social e a relevância histórica de Adhemar e do Adhemarismo permanecem uma incógnita.

Adhemar de Barros é mais lembrado como o epítome do populismo clientelista, que evitava qualquer ênfase ideológica ou programática em favor de tudo o que pudesse promover seus interesses pessoais, fossem estes eleitorais ou até mesmo financeiros. Em uma carreira que abrange quatro décadas, o pragmático Adhemar pôde aliar-se a quase todos os grupos. Um grande oportunista, sua flexibilidade sem escrúpulos foi denunciada por muitos por sua vitória com o apoio comunista, apoio este seguido, após alguns meses, pelo rompimento com o Partido Comunista Brasileiro e por uma repressão em massa à esquerda.

Tendo representado um importante apoio a Getúlio Vargas em 1950, Adhemar fez, todavia, uma campanha ativa contra os candidatos presidenciais da coligação PSD/PTB, que simbolizavam o legado de Vargas, em 1955 e 1960. Porém, sua campanha para governador em 1958 levou-o a procurar o apoio trabalhista e comunista, no que obteve êxito. Essa guinada para a esquerda foi seguida, em 1962, pelo retorno de Adhemar ao governo do estado como o candidato das "forças de ordem", anti-comunistas. (3)

Além disso, nos anos que se seguiram, este primeiro beneficiário da República Populista desempenhou um papel-chave nas conspirações que poriam um fim à política eleitoral competitiva em março de 1964. Contudo, dois anos após esse triunfo, o próprio Adhemar cairia vítima da desconfiança e hostilidade dos

militares com relação ao populismo. Seus direitos políticos foram cassados em 1966 e ele morreu no exílio em Paris em 1969. (4)

Há uma singular concordância, que vai da direita à esquerda, com relação ao principal aspecto do inquestionável sucesso político de Adhemar. Tendo estado à testa de muitos dos principais empreendimentos públicos na década de 40, ele orgulhava-se da sua reputação de "grande realizador", obtida através de extraordinários gastos públicos que lhe proporcionaram a imagem de "acessível, generoso e bom pai" para o povo. (5) Ao mesmo tempo, é tido como o grande arquiteto de uma máquina política clientelista, o Pessepismo, cuja corrupção, simbolizada pela famosa "caixinha", era apenas levemente dissimulada. (6) *Deu a sua imagem de corrompido*

No entanto, o Adhemarismo não pode ser entendido primordialmente como um fenômeno partidário e seu líder como um fiel homem de partido. A máquina partidária do PSP de Adhemar, como sempre enfatizavam seus auxiliares, era acima de tudo um veículo para a construção de seu poderoso carisma pessoal (Adhemarismo), que foi além das linhas partidárias. (7) Deste modo, ele surge como o exemplo ideal do modelo populista da América Latina: um líder carismático, paternalista, com uma massa de seguidores ou clientela, unidos por laços personalistas e particularistas entre o líder poderoso e seus "seguidores dependentes". (8)

Dotado de um faro aguçado para perceber para onde tendia o poder, Adhemar parecia (a seus numerosos oponentes) ser a essência do mercenário desonesto e salafrário, um "messias charlatão". Deste modo, ele encarnou as conotações mais negativas do termo populista. Para as classes média e alta, anti-populis-

tas, Adhemar era corrupto e fraco, um político mercenário e imoral, cuja demagogia alimentava a ignorância e a credulidade das massas. Para os comunistas e outros grupos de esquerda, Adhemar era um "demagogo insubstituível, um reacionário que, usando uma verborrêia social inexpressiva, foi, todavia, capaz de encher as mentes das classes populares com suas idéias mirabolantes e suas promessas irrealizáveis" (9).

As interpretações de acadêmicos brasileiros contemporâneos de Adhemar não vão muito além da crítica de centro-esquerda. Em um ensaio de 1954, Hélio Jaguaribe interpretou o Adhemarismo como "a manifestação política das massas que persistem como tal, ... (sendo) incapazes de conquistar a consciência de classe". A mesma linha de argumentação foi desenvolvida mais tarde em um famoso ensaio de Francisco Weffort, de 1965. Weffort argumenta que os populismos Adhemarista e Janista foram situações onde "a classe trabalhadora assume um comportamento de massa, isto é, da pequena burguesia". (10)

Alinhava-se com a crítica de Heidegger, em "Essência do Humano".

Como sugerem essas críticas um tanto abstratas, o "oportunismo sem princípios" de Adhemar, visto como um fenômeno de fácil compreensão, tem feito do "Adhemarismo" um intrincado quebra-cabeça. O presente ensaio argumenta que devemos rejeitar os termos predominantes da discussão que enfocam menos o que foi do que o que não foi. Devemos examinar sua trajetória histórica e recusar a premissa não histórica de uma essência imutável do Adhemarismo, que seria a mesma em 1947, 1958 ou 1962. De fato, a própria natureza camaleônica da política de Adhemar exige que a atenção seja focalizada sobre as tendências sociais e políticas

(CRISTINO)

predominantes de cada período, as quais direcionaram suas ações e lhes concederam um significado histórico concreto.

ESCOPO. Neste ensaio, examinaremos o ano e meio entre 1946-47, que marcou o advento de Adhemar como um populista do pós-guerra. Sua eleição para governador em janeiro de 1947 será colocada em seu contexto histórico mais abrangente: a transformação da política brasileira, especialmente em São Paulo, como o resultado do pouco compreendido "jogo populista" de Getúlio Vargas em 1945. Veremos como os cálculos subjacentes à auto-criação de Adhemar como um populista em 1946-47 brotaram da consciência e militância sem precedentes da classe trabalhadora, que acompanharam a efetiva ampliação do direito de voto desta classe nos centros urbanos do Brasil.

Através desse ensaio, examinaremos os políticos da classe alta, tais como Adhemar de Barros, em termos de seu relacionamento com a classe trabalhadora, o movimento trabalhista organizado de centro-esquerda, e a principal expressão política trabalhista desse período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A eleição de Adhemar em 1947, com o apoio do PCB - apoio este em geral relegado como mera manobra engenhosa -, será mostrada como uma grande ruptura nas formas de dominação política há muito estabelecidas pela classe alta elitista em São Paulo.(11)

O significado histórico e social da vitória de Adhemar em 1947 só pode ser encontrado em um contexto político dominado pelas fórmulas retrógradas do conservadorismo de Dutra. Uma vez no poder, a conduta de Adhemar representou uma quebra na natureza da ciência de governar da elite em São Paulo face às clas-

ses populares. Isso provocou um enfraquecimento decisivo da ligação antes existente entre o governo do estado e os grupos dominantes em São Paulo: a "aliança da fábrica e da fazenda" que remete ao Partido Republicano Paulista (PRP) da Primeira República. (12)

1930-1937: debates do poder político e do movimento.

Começamos este ensaio pela análise do panorama político paulista nas eleições de 1947, para entendermos melhor a natureza da aliança política potencial entre o trabalhismo e a classe alta. Usando exemplos tirados da região do ABC na Grande São Paulo, a quarta maior região industrial do Brasil em 1945, examinaremos os esforços dos adeptos de Adhemar não pertencentes à classe trabalhadora do ABC para responder à desestabilização do sistema político local, que resultou da mobilização eleitoral da classe trabalhadora. Observaremos a criação de uma política e uma retórica populista novas e examinaremos, nas bases, os populismos que surgiram de diferentes dinâmicas de classe dentro do ABC.

Esse ensaio focalizará também os dois meses entre a posse de Adhemar e seu rompimento com o PCB e o trabalhismo em maio de 1947. Examinaremos as expectativas, esperanças e frustrações de um movimento trabalhista combativo das bases, buscando transformar sua vitória eleitoral em benefícios à organização e aos interesses da classe trabalhadora. Ao examinarmos este breve interlúdio populista e suas consequências, poderemos entender melhor as tensões inerentes aos esforços posteriores para se forjar um novo relacionamento populista entre os detentores do poder político estadual em São Paulo e o movimento da classe trabalhadora. Todas estas questões são centrais para a política brasileira

nas décadas subsequentes. Este ensaio termina com uma discussão sobre o significado social do "oportunismo" de Adhemar, e as diferenças entre o populismo Adhemarista e a variante associada a Getúlio Vargas e ao trabalhismo brasileiro.

1. A POLÍTICA PAULISTA E A DINÂMICA DO CONFLITO SOCIAL, 1945-1946

A derrota do candidato do PSD ao governo paulista, em janeiro de 1947, por Adhemar de Barros, foi uma consequência lógica da abertura populista de Vargas em 1945. Marginalizado pelas candidaturas de dois militares conservadores em 1945, Vargas reconquistou a iniciativa com uma jogada audaciosa que alteraria a estrutura e os termos da política brasileira. Em violentos ataques a seus inimigos, ele lançou um apelo dramático aos trabalhadores industriais e urbanos do Brasil, em maio de 1945, para que esses entrassem ativamente na arena política em defesa de seus interesses, através do seu recém-formado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Para obter dividendos dessa abertura aos trabalhadores urbanos, Vargas teve que alterar unilateralmente as regras das eleições seguintes. A legislação eleitoral que emergiu do gabinete de Vargas diferia radicalmente das leis brasileiras anteriores e até mesmo das recomendações da comissão que ele próprio havia indicado em fevereiro de 1945. Em todos os aspectos, a legislação foi sistematicamente elaborada para estender o direito de voto à classe trabalhadora, favorecendo assim a participação eleitoral e o registro do eleitorado urbano em escala mais ampla que o rural. (13)

Envolvido em conflitos com seus oponentes da elite, Vargas procurou evitar o retorno das classes conservadoras ao poder, com seus milhões de eleitores dependentes. Como parte de seus esforços para criar um contra-peso urbano-industrial aos co-

Ex-officio?

ronéis que ainda dominavam o interior, Vargas manteve a exigência da alfabetização para o sufrágio e estabeleceu o voto obrigatório para virtualmente todos os brasileiros alfabetizados (apenas as mulheres que não trabalhavam fora estavam livres de multa por não votar). Mas o mais importante é que a nova lei tornava possível o registro ex-officio, procedimento que foi especificamente elaborado para favorecer as áreas urbanas face às rurais. (14)

Essa estratégia ambiciosa e cuidadosamente montada por Vargas foi acompanhada, no final de 1945, por uma arrojada ^{CV} retórica de protesto, de encorajamento presidencial à mobilização ^{PCB} popular (queremismo), e de uma informal aliança getulista com o recém-legalizado Partido Comunista (PCB) de Luis Carlos Prestes. Após os temores surgidos entre os conservadores, que levaram à renúncia de Getúlio em outubro, poucos eram os políticos que esperavam o triunfo político Getulista, revelado nas eleições de 2 de dezembro de 1945.

Desafiando o "senso comum" elitista dos tradicionais detentores do poder, Vargas abriu caminho para a participação política de milhões de brasileiros das classes populares urbanas. Em 120 anos de eleições, as elites políticas e econômicas tinham se acostumado à política restrita a poucos. Mas o mercado eleitoral, em 1945, estava totalmente transformado, pois a participação aumentara de 10% dos adultos na década de 30 para 33%, numa população adulta que contava com aproximadamente 50% de alfabetizados. *

Transformação do Mercado Eleitoral em 1945

Como se pretendia, a participação eleitoral aumentou mais dramaticamente - de 400 a 500% - na área de maior potencial

urbano-industrial do país. Pela primeira vez na história do Brasil, o estado de São Paulo tomou o lugar de Minas Gerais, com o maior contingente de eleitores. Como centros da indústria brasileira, São Paulo e Rio de Janeiro também apresentavam o maior número de eleitores ex-officio - 33% do eleitorado paulista havia sido registrado por vias ex-officio, contra apenas 15% no estado de Minas Gerais, menos desenvolvido. *1945 - 1947 - São Paulo - 33%*

A extensão do direito de voto denotava claramente que a política eleitoral não estava mais sob o domínio exclusivo das oligarquias rurais. Aos procedimentos do registro ex-officio e à exigência da alfabetização somou-se a dramática urbanização dentro de cada estado. Enquanto detinham menos de um terço da população, os centros urbano-industriais do estado forneciam 44 e 49% do total eleitoral em 1945 e 1947. Metade dos eleitores dessas áreas era formada a partir de alistamento ex-officio, comparada a apenas um quinto do eleitorado das áreas rurais.

A política eleitoral urbana foi transformada por essa expansão brusca da participação. Após ter dominado a política eleitoral durante décadas, a classe média politicamente ativa do ABC teve seu pequeno e estreito núcleo clientelista subjugado pela massa dos novos eleitores da classe trabalhadora. De 6000 eleitores em 1936, a participação eleitoral no ABC ficou quase que cinco vezes maior, com 28000 eleitores em 1945. Como era de se esperar, os partidos conservadores conseguiram muito pouco no ABC, tendo apenas um terço da votação.

Os resultados da eleição de 1945 nos principais centros urbanos foram espantosos na sua uniformidade, tendo os par-

idos Comunistas e Trabalhista recebido a maioria absoluta dos votos. Na região do ABC, os dois partidos identificados com as classes populares receberam 71% do total de votos (comparados com apenas 32% a nível estadual). Contudo, as áreas urbano-industriais diferiram mais radicalmente das tendências políticas predominantes no grau de apoio dado aos candidatos de Luis Carlos Prestes e do Partido Comunista. Em São Paulo, o candidato presidencial do PCB, Iedo Fiúza, apareceu em primeiro lugar na cidade de Santos, empatado em segundo lugar com o candidato da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes, na capital, e vencendo o candidato da UDN no centro têxtil de Sorocaba e na região do ABC.

Como assinalou Aziz Simão (1956), "o ano de 1945 marcou a entrada em massa dos trabalhadores nas disputas eleitorais (em São Paulo) e o peso de seus votos nas eleições. (16) O ativismo da classe trabalhadora nas regiões industriais como o ABC não estava restrito à cabine de voto. A raiva, o protesto e os anseios das classes trabalhadoras também revitalizaram os sindicatos e, um mês depois de sua vitória eleitoral de dezembro de 1945, estimularam uma onda de greves na metrópole paulista que suplantou em número e em intensidade as famosas mobilizações de 1917 e 1919".

Em 1945, os militares brasileiros e o establishment econômico e político pareciam impotentes para conter o ímpeto popular. Quando a nova república começou a tomar forma, as classes populares urbanas gozavam de uma liberdade de expressão e organização e de um vigor até então desconhecidos na história da nação. A tão difundida insurgência popular de 1945-46 gerou esforços pa-

ra o controle dessas novas forças, já que a turbulenta crise da sucessão havia acabado. Muitos dos membros do establishment político-econômico de São Paulo e de outros estados acreditavam que a participação popular era uma herança inaceitável da era de Vargas.

O Presidente Dutra e seus poderosos adeptos estavam convencidos de que uma reafirmação mais vigorosa da ordem e da disciplina levaria de volta à garrafa o gênio que fora solto em 1945. Os empregadores da indústria paulista, apoiados pelo PSD a nível estadual e nacional, defendiam uma política mais repressiva, destinada a desmobilizar esse novo sindicalismo militante do pós-guerra. Após as greves do início de 1946, eles pretendiam expulsar os ativistas sindicais de suas fábricas, encorajando os ataques da polícia aos trabalhistas e à esquerda, e esperavam também a intervenção governamental nos sindicatos.

A resistência da classe trabalhadora fortaleceu os laços entre a liderança trabalhista de centro-esquerda que emergia no ABC - incluindo o PCB - e suas bases. Determinados a impedir o retorno ao passado, os líderes e membros dos sindicatos revitalizados de São Paulo elaboraram uma política de sindicalismo de massa independente do governo federal, que lhes era hostil. (17) Ao resistir à repressão dos empregadores e do governo, o movimento dos trabalhadores e sua principal expressão política, o PCB, rejeitaram a política do governo, preocupada apenas com o tradicional eleitorado da elite.

O arrogante desdém do governo com relação aos trabalhadores, suas organizações e as classes populares em geral era

típico do establishment político-econômico do Brasil como um todo. A liderança mais visionária oferecida por Vargas e seu Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, durante os últimos anos da Segunda Guerra, não havia convertido a maioria das lideranças políticas e econômicas. Enquanto as elites comportavam-se excentricamente umas com as outras, seu poder sobre as massas era exercido com a habitual aspereza.

Durante 1946, o governo Dutra continuou suas denúncias de "comunismo", e encontrou pela frente uma agressividade cada vez maior dos sindicatos. A hostilidade oficial ao sindicalismo tornou-se mais aberta no final de 1946, a nível federal e estadual. Dutra nomeou o industrial paulista Norvan Dias Figueiredo, um defensor público da adoção de medidas repressivas ao trabalhismo, como seu novo Ministro do Trabalho. Em São Paulo, o interventor do PSD, Macedo Soares, colocou o Departamento Estadual de Trabalho nas mãos de um oficial do DOPS, Eduardo Gabriel Saad, um conhecido delegado de polícia anti-trabalhista do ABC.

(10)

A intenção da elite governante do Brasil era transparente, e os sindicatos de todas as colorações cada vez mais se convenciam de que o destino do trabalhismo estava intimamente ligado ao do Partido Comunista. Unidos pelas ações manifestamente hostis do PSD de Dutra, os trabalhadores organizados de São Paulo, quer Getulistas ou comunistas, tinham o claro e imediato interesse de ver o PSD fora do poder executivo naquele estado, elegendo o maior número possível de deputados estaduais trabalhistas.

Os líderes trabalhistas de S. Paulo estavam otimistas ao avaliarem o cenário político de 1946, já que o potencial de influência dos trabalhadores na política aumentara intensamente. Metade do eleitorado paulista estava localizado em seis cidades industriais, as quais eram o centro da força sindical. Com o crescimento da febre eleitoral, o movimento trabalhista estadual esperava punir seus inimigos e garantir a eleição de um candidato simpaticamente dos interesses trabalhistas.

Apesar de defensivas na origem, as iniciativas políticas do sindicalismo foram também um esforço ofensivo para alterar o meio político no qual ocorreriam as futuras negociações coletivas. Na Primeira República, as chances de uma aliança a nível estadual em São Paulo eram nulas, dada a integração do poder político-econômico sob condições de não desafiar o domínio inquestionável de um partido. (19)

Após a revolução de 30, os chefes executivos de São Paulo tinham primeiro cortejado as organizações de trabalhadores urbanos. Esse relacionamento, no entanto, era mais em função de conflitos dentro da elite do que de uma pressão trabalhista. Apesar da retórica dos interventores no início da década de 30, esses laços não foram definidos por líderes da classe trabalhadora, já que o trabalhismo não possuía uma projeção real, situação essa que persistiu durante o Estado Novo. O sistema democrático representativo no período do pós-guerra ofereceu ao trabalhismo, pela primeira vez, a possibilidade de avançar seus interesses através da política eleitoral. A eleição governamental de 1947 testaria a utilidade do partido político para o movimento dos trabalhadores.

O movimento trabalhista paulista havia tentado formar em 1934 um partido político trabalhista. Em 1947, tais partidos, tanto comunistas como trabalhistas, possuíam vantagens claras sobre seus predecessores. O sindicalismo paulista do pós-guerra era, sem sombra de dúvidas, mais massivo, poderoso e firmemente enraizado do que as frágeis organizações da década anterior. Essa bem sucedida organização era seguida, lado a lado, por uma unidade política sem precedentes entre os trabalhadores urbanos.

II. Os Aliados Possíveis dos Trabalhadores na Elite:

As Eleições Governamentais de 19 de janeiro de 1947

Para o Partido Comunista, a aproximação das eleições governamentais - a primeira desde 1930 - era crucial, dada a ameaça de ser posto na ilegalidade pelo governo. Um resultado favorável em São Paulo determinaria se sua organização neste estado poderia sobreviver a tal circunstância adversa. Muito pequeno para aspirar a um cargo no executivo, o PCB presenciava os rumores de acordos e traições entre e dentro de cada partido em fins de 1946, quando os políticos paulistas entravam em uma estonteante rotina de negociações. Contando com 60.000 membros e por volta de 120.000 a 200.000 eleitores em São Paulo, o movimento comunista representava um elemento novo e potencialmente decisivo nos cálculos eleitorais dos aspirantes ao governo do estado. Para aumentar sua força, o PCB não indicou um candidato para governador em outubro de 1946, e só veio a se definir duas semanas antes das eleições de janeiro de 1947. (20)

O conservador Partido Social Democrático (PSD), do interventor estadual, Macedo Soares, foi o único partido que não se interessou em negociar com os comunistas. Sua conduta repressiva com relação ao trabalhismo indicava a crença do interventor no tradicional poder dos cargos políticos. Ignorando uma grande parcela de eleitores urbanos, estrategistas do PSD devem ter confiado no apoio eleitoral dos coronéis da área rural do estado. Gerações de chefes políticos estaduais haviam provado, para sua satisfação, que os ocupantes de cargos públicos que controlavam o

Estado e os governos locais nunca perdiam eleições.

Deste modo, o establishment político-econômico do estado demonstrou não possuir uma visão ampla das mudanças políticas ocorridas no último ano, que haviam encorajado os trabalhadores urbanos. As eleições diretas para governador em 1947 não seriam baseadas no sufrágio restrito e nas fraudes que sustentaram os chefes políticos da Primeira República. E, ao contrário de seus predecessores durante os anos 30 e o início dos anos 40, o PSD paulista defrontou-se com o panorama da reação eleitoral popular à política anti-trabalhista por ele adotada no ano anterior.

Em Santo André, o prefeito pelo PSD, José de Carvalho Sobrinho, teve também que conter o clima de hostilidade gerado pela carestia, pelo câmbio negro e pelo açambarcamento de bens essenciais. Nem mesmo o fim da Segunda Guerra aliviou as dificuldades da inflação, que continuou acelerada, tornando os outros três problemas ainda mais explosivos. A ira popular concentrou-se nas administrações municipais do PSD que estavam encarregadas da ingrata tarefa de racionar bens e gêneros alimentícios essenciais. (21)

Era esperada uma explosão popular, e o PCB e suas organizações aliadas procuravam dar ao descontentamento geral uma forma organizada, com marchas e manifestações de protesto. Porém, os comunistas não eram os únicos a usar o problema da carestia para ganhos políticos. (22) Industriais de São Caetano embarcaram na ambiciosa tentativa de ganhar votos aliviando o problema da carestia. Para o diretor da Cerâmica São Caetano, Armando Arruda Pereira, a intenção era honesta, já que ele e Roberto Simonsen, o

dono da empresa, eram candidatos a deputado estadual e senador, respectivamente. Como parte do esforço para ganhar os votos dos trabalhadores de sua própria empresa e de outras, dois postos de abastecimento do Serviço Social da Indústria (SESI) foram inaugurados em São Caetano no final de 1946, com grande publicidade e alarde. (23)

A campanha de Simonsen, fortemente financiada, fez esforços visíveis - e inábeis - para conquistar o apoio popular no ABC. Um anúncio no Jornal de São Caetano, por exemplo, dizia: "Trabalhador, seu voto pertence a Roberto Simonsen e Armando de Arruda Pereira". Na abertura dos comitês eleitorais em Santo André, diziam que Simonsen "representava não apenas os industriais mas também os trabalhadores". Os comitês de trabalhadores e os manifestos pró-Simonsen eram organizados com grande entusiasmo mas, igualmente, com resultados questionáveis. (24)

No ABC, a propaganda para o candidato do PSD ao governo, Mário Tavares, era também inepta. Alguns aclamavam com orgulho os seus serviços na gestão do último Presidente da Primeira República, o paulista Washington Luis, do PRP, deposto por Getúlio Vargas em 1930. Outro slogan dizia que Tavares era "o modelo personificado de um bom pai de família", enquanto outros o aclamavam como "o símbolo de São Paulo contra o comunismo". (25)

As dificuldades do PSD podem ter proporcionado à oposição, UDN, o segundo maior partido do estado, a grande oportunidade de superar sua condição de minoria. Os partidários do Brigadeiro Eduardo Gomes há muito haviam denunciado o "regime de fome crônica" causado pelo Getulismo e o Estado Novo. Contudo, assim

como o PSD, a UDN indicou um político respeitável, de credenciais impecáveis e pouco popular: Antonio de Almeida Prado, professor de Medicina da Universidade de São Paulo.

Ao abrir sua campanha, Almeida Prado mostrou uma aguda consciência da crise de seu estilo de liberalismo brasileiro. Em um julgamento precipitado, em dezembro de 1945, declarou que o povo havia cometido um "grande erro". O candidato presidencial da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes, fora injustamente tomado por "um plutocrata, um expoente das classes refinadas, distante das massas humildes e trabalhadoras". Através de sua campanha, o candidato da UDN a governador expressou sua esperança de poder acabar com a "preocupante falta de confiança", a "reprovação" e o "conflito de classes" da campanha presidencial. (26)

Contudo, a UDN estadual e seu candidato revelar-se-iam incapazes de ultrapassar as restritas fronteiras sociais do seu eleitorado de 1945. Apesar de sua simpatia, Almeida Prado referia-se aos trabalhadores como os "outros". Ele perguntava se a culpa da derrota de 1945 não era daqueles que falharam em lhes dar educação, exploraram sua ingenuidade e faltaram com o cumprimento de suas promessas. Ele declarava que "nós precisamos abrir mão, sem reservas e com o coração nas mãos, do pouco que nos proporcionam nossos privilégios". (27)

A despeito do irritante senso de "noblesse oblige" de Almeida Prado, os comunistas não rejeitaram a possibilidade de apoiar o candidato do segundo maior partido do estado. As negociações continuaram até os primeiros dias de janeiro, quando a liderança estadual da UDN finalmente decidiu desconsiderar a úl-

tima oferta feita ao PCB. Porém, essa falha na concretização da aliança PCB-UDN envolveu muito mais do que uma simples ruptura no processo de negociação.(28)

Os defensores intelectuais de um liberalismo socialista moderado e reformista, como Almeida Prado, eles próprios uma minoria dentro da UDN, reconheciam abertamente o dilema enfrentado pelos liberais no Brasil. Quando confrontado com o conflito realisticamente "irremediável" entre a propriedade privada e a "democracia real", ele dizia que "resolvemos o desafio permanecendo com a propriedade privada e jogando os princípios democráticos no lixo."(29)

Almeida Prado estava tentando enfrentar bravamente um sentimento de perda e confusão, que não era só seu. Nos anos 40, esse tipo de intelectuais paulistas, muitos deles nativos, estava desaparecendo. O êxodo rural, dizia Almeida Prado, trazia consigo mais do que o "abandono da agricultura" e a superpopulação urbana. Essa migração gerava uma série de "desajustamentos econômicos e sociais", tais como "a crise da habitação, greves, agitações populares, (e) toda a sorte de inquietações e distúrbios".(30)

É impossível, dizia Almeida Prado, pôr um fim a esse processo, e "muito menos fazê-lo retroceder". O povo, "pressionado por suas necessidades materiais e auxiliado por uma indestrutível noção de direito e justiça ... está avançando e obrigando seus líderes a tomarem um novo rumo". No entanto, para esse importante grupo de intelectuais paulistas, esta nova direção parecia destinada a acabar com a centralidade da vida social, cultural e política do estado.(31)

Um velho mundo de requinte, respeitabilidade e segurança estava desaparecendo e, com ele, o reduto dos intelectuais urbanos. Em geral, os descendentes de cafeicultores, formados nas melhores escolas de Medicina e de Direito haviam conduzido a política do Império, proporcionaram a revolução Republicana de 1889, e eram os governantes da Primeira República. Unidos em torno do jornal O Estado de São Paulo da família Mesquita, membros desse "grupo especializado em trabalho político, técnico e cultural" conduziram a revolta contra o PRP na década de 20. (32)

Para os membros de maior consciência social desse grupo, o ajustamento ao mundo do pós-guerra ameaçava suas posições de grandes pedagogos nos debates internos das classes altas. No passado, advertiu Almeida Prado, "as classes privilegiadas mantiveram-se no poder... (através de) uma política de nunca ceder em nada para não demonstrar fraqueza". Hoje em dia, elas precisam saber que devem "ceder muito para não perder tudo". Esses críticos abririam mão de sua superioridade como a consciência da classe alta? (33)

Frente a uma escolha agonizante, esse grupo procurou ficar de fora dos confrontos que o cercavam. Em seu último discurso da campanha, Almeida Prado disse: "Em uma época agitada pelas mais violentas e controvertidas necessidades sociais, quando todas as classes se levantam, atacando uma a outra, lutando por seus direitos, existe uma grande dificuldade para o estadista que não queira explorar nenhum sentimento de ódio em seu proveito". (34)

No entanto, a lição de política do pós-guerra demonstrou

que nem todos estavam dispostos a renunciar às vantagens políticas oriundas de rupturas sociais. Um novo tipo de político, "sem reputação e irresponsável", havia entrado em cena - indivíduos como Getúlio Vargas, Hugo Borghi e Adhemar de Barros. Esses "aventureiros inescrupulosos" e "demagogos", critica Almeida Prado, transformaram o povo em "um fiel rebanho de ovelhas". Falando com "a simplicidade de sua linguagem e necessidade", esses políticos populistas prometem ao povo "tudo a que ele aspira".(35)

As candidaturas a governador de Hugo Borghi pelo PTB e de Adhemar de Barros pelo novo Partido Social Progressista (PSP) eram uma afronta ao moralismo de classe média de muitos udenistas. A característica chocante desses controvertidos políticos não era sua origem social ou sua formação. Hugo Borghi era industrial, banqueiro e negociante de algodão. Adhemar de Barros era de uma família de cafeicultores bem relacionada politicamente, ligada ao PRP. Formado em Medicina, Adhemar estava envolvido em numerosas especulações empresariais, inclusive várias fábricas.

A existência desses "trapaceiros da política, que agiam em seu próprio benefício" era compreensível, frisava Almeida Prado, mas o estranho é que "homens honestos e bem intencionados" mostravam-se dispostos a apoiá-los. A situação era profundamente injusta, continuava o Udenista. Esses políticos "podem ser corruptos e desleais, volúveis e desonestos; contudo, o povo fecha os olhos a esses defeitos. Eles fazem do explorador um perito, do desleal um esperto, da pessoa desonesta um homem sem preconceitos e, com essas qualidades, constroem um ídolo".(37)

Hugo Borghi, um extravagante deputado federal, havia se

estabelecido como o líder mais visível e dominante do PTB em São Paulo durante a campanha queremista de 1945, havendo mesmo rumores de ser ele o financista do movimento. O controvertido Borghi foi o orador-chave do comício de 3 de outubro de 1945 no Rio de Janeiro, onde 100.000 clamaram pela candidatura de Getúlio Vargas à Presidência. Dono de uma personalidade agressiva, Borghi respondeu com vigor à avalanche de propagandas hostis nas quais ele era tido como a personificação da "corrupção" Getulista.(38)

Tendendo ao dramático, lançou sua campanha em 1945 acusando o Brigadeiro Eduardo Gomes de desprezar os votos da classe trabalhadora. Pondo em risco seus interesses pessoais, Borghi foi um defensor consistente do apoio de Vargas à candidatura de Dutra em 1945.(39) Infelizmente, até hoje sua carreira não recebeu a devida atenção acadêmica. Podemos especular que seu envolvimento ativo na produção de algodão provavelmente garantiu-lhe uma certa base social no interior de São Paulo - especialmente nas pequenas populações agrícolas que surgiram após a crise do café em 1929.

Em sua plataforma (surpreendentemente moderada) para a campanha estadual de 1947, o PTB paulista fez pouco mais que prometer um rigoroso cumprimento da CLT, e aumentos regulares do salário mínimo, calculados com base nas necessidades familiares. Também prometeu a construção de instalações médicas e recreativas, e de moradias para a população trabalhadora. Com relação à carestia, o PTB rejeitou o tabelamento de preços, vendo-o como uma violação à liberdade de comércio. Para resolver o problema, o partido propunha a intervenção governamental através da aquisição e distribuição de gêneros alimentícios pelo estado. Essa interes-

sante plataforma do PTB devotava mais espaço aos problemas agrícolas e industriais do que aos problemas do trabalhador urbano.

(40)

Por não possuir um jornal em São Paulo, o PTB contava com o rádio para comunicar-se com seu eleitorado urbano. Assim como Roberto Simonsen, Borghi usava recursos financeiros pessoais e o máximo possível de alianças. Como presidente da Radio Clube de São Paulo, um dos diretores da estação de rádio, Gabriel Nigliore, foi indicado candidato à Assembléia Estadual pelo PTB. Para ganhar apoio em Santo André, Borghi estabeleceu um posto de suas "Barracas de Alimentos Populares dos Trabalhadores do Brasil" em novembro de 1946.(41)

Personificação paulista do trabalhismo, Borghi não tinha rivais como candidato a governador do PTE. Contudo, suas ambições foram além do permitido por Getúlio Vargas e pelo PTB nacional e, por esta razão, cancelaram o diretório estadual que havia registrado a candidatura de Borghi. Na véspera das eleições de janeiro de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral confirmou a posição do PTB nacional contra Borghi. Mas, a essa altura, sua candidatura já ganhara força, e ele recebeu votos do PTB, apesar de ter lançado formalmente sua candidatura pelo recém-formado Partido Trabalhista Nacional (PTN).(42) Esse conflito dentro das linhas trabalhistas foi, no entanto, de pouca importância ao nível das massas.

Borghi era o grande oponente de Mário Tavares (PSD) e de Almeida Prado (UDN). Porém, como candidato trabalhista, Borghi enfrentou dificuldades para conseguir o apoio comunista. O PCB aparentemente rejeitou a opção trabalhista desde o princípio,

apesar do curso não muito claro das negociações. Vinte dias antes das eleições, o PCB estava envolvido em negociações apenas com a UDN e um pequeno partido, o PSP, que pertencia ao candidato Adhemar de Barros, outrora protegido de Getúlio Vargas.

Adhemar de Barros, que dera um apoio relutante ao Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945, estava isolado das principais correntes da política paulista por ter sido interventor de Vargas em São Paulo durante o Estado Novo. Deposto por Getúlio em 1941, Adhemar não era bem vindo ao PTB. Ao mesmo tempo, os membros do tradicional PRP, que formaram o PSD paulista, irritavam-se com sua independência e seu comportamento anti-partidário quando interventor. A UDN paulista, que havia herdado a tradição anti-PRP, achou que a associação de Adhemar com esse partido e com o Getulismo eram motivos suficientes para mantê-lo fora do partido.(43)

Em setembro de 1945, Adhemar formou o Partido Progressista Republicano, baseado nos laços que cultivara com o interior, quando interventor estadual no Estado Novo. Em junho de 1946, ele fundiu essa organização com dois outros pequenos partidos, o Partido da União Nacional e o Partido Agrário Nacional para fundar o PSP, usando-o como veículo para sua candidatura ao governo de São Paulo.(44) Apesar de ser um candidato improvável, Adhemar vislumbrou possibilidades eleitorais explorando o conflito dos partidos de elite, UDN e PSD, no interior e a rivalidade do PTB e do PCB nas cidades.

III. A Busca Aliados Urbanos por Adhemar: A Dinâmica Populista Emergente no ABC em 1946

Adhemar tirou lições importantes do fracasso da "campanha dos lenços brancos" da UDN em 1945. Fortemente empenhado em retornar ao posto de chefe do executivo paulista, ele foi realista o bastante para reconhecer que seu triunfo não poderia se basear apenas no apoio do interior do estado. A experiência de 1945 convenceu-o da necessidade de penetrar nas áreas urbanas e da importância de uma investida radicalmente nova e pragmática, para competir com sucesso no mercado eleitoral urbano.

Adhemar notou, corretamente, que o monopólio da "classe política" urbana pelo PSD e pela UDN produziam muito menos em termos eleitorais do que no passado. Para fortalecer suas ambições, mesmo não sendo nada convencional, Adhemar começou a procurar líderes nas áreas urbanas no início de 1946 que pudessem lhe oferecer apoio popular. Além do mais, ao contrário de Almeida Prado, da UDN, Adhemar estava pronto a explorar as hostilidades geradas por vários tipos de clivagens sociais, como fez no município de São Bernardo do Campo, no ABC.

Apesar de menos urbanizado que os demais distritos industriais do ABC, os 18.000 moradores de São Bernardo também sofriram com o mercado negro e com a escassez de produtos essenciais, tais como açúcar, tocinho, óleo e sabão. A contínua crise de abastecimento desse município proporcionou o surgimento de uma líder carismática, a dinâmica e combativa Tereza Delta, de 27 anos. Ainda hoje Tereza Delta permanece como uma figura contro-

vertida na história local. Conhecida por seus partidários como a Joana D'Arc de São Bernardo, ela era tida pelo establishment local como uma aventureira política, irresponsável e demagógica.

Nascida na capital, Tereza casou-se e separou-se muito cedo. Abriu o Instituto de Beleza Delta na cidade de São Paulo. Por fim, foi viver com o proprietário da Casa Castro (máquinas de costura) e, em 1943, mudou-se para São Bernardo, onde seu companheiro tinha negócios. Tereza firmou rapidamente uma reputação de mulher bonita e imprevisivelmente impetuosa, sempre disposta a tomar conta de tudo e de qualquer um. (45)

No dia 5 de agosto de 1946, ela conduziu uma passeata de protesto até a Prefeitura Municipal de São Bernardo. A polícia, antecipando problemas, já havia se posicionado na prefeitura e nas grandes lojas locais. A multidão de enfurecidas donas-de-casa, seus filhos e alguns trabalhadores da região confrontou-se com o delegado de polícia local que procurou dar um fim à passeata por ordens do DOPS. Com os ânimos se alterando, o prefeito do PSD, Wallace Cockrane Simonsen, finalmente concordou em receber uma pequena delegação se a multidão se dispersasse. (46)

Nesse encontro, o prefeito Simonsen argumentou que o problema estava além de seu controle, enquanto negava o direito da comissão de falar pelo povo. O rico banqueiro de São Paulo, dono de terras e industrial não estava preparado para o que se seguiu. Centenas de trabalhadores das fábricas locais foram para as ruas no seu horário de almoço e decidiram não voltar ao trabalho até que as exigências da comissão fossem atendidas. Com esses manifestantes adicionais, a multidão começou a exigir que os ven-

dedores mostrassem todos seus estoques e que os vendessem a preços oficiais. Intimidados, os comerciantes exibiam alguns produtos escassos; os que nada possuíam, pediam à multidão para vasculhar sua propriedade.

O prefeito de São Bernardo - o "rico inglês", como gostava de ser chamado - não era político tão hábil quanto seu irmão Roberto Simonsen, candidato ao Senado pelo PSD em 1947. Após um encontro com partidários, naquela noite, ele nomeou uma comissão de seis pessoas para avaliar os estoques dos vendedores locais, com o objetivo de eliminar o mercado negro. No dia seguinte, representantes da Prefeitura, a polícia e o sindicato dos trabalhadores das indústrias de móveis começaram a inspeção dos livros dos comerciantes.

Para a pequena e pacata São Bernardo, os acontecimentos de agosto de 1946 não tinham precedentes, e foram lembrados como uma verdadeira sublevação que marcou época. De fato, o tradicional estilo de vida de São Bernardo estava à beira de mudanças em 1946, com a construção do maior e mais ambicioso projeto rodoviário do Brasil: a Via Anchieta, que ligaria São Paulo a Santos. Iniciada quando Adhemar de Barros era interventor, a Anchieta havia desestabilizado a hierarquia social de São Bernardo, ao trazer para essa região milhares de trabalhadores da construção civil. Espalhados em acampamentos ao longo da rodovia, estes trabalhadores vinham, na sua maioria, de Minas Gerais e da região Nordeste. (47)

Os trabalhadores empregados pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) tinham sido participantes ativos nas turbu-

lências de agosto, e eram importantes para a emergente base de apoio de Tereza Delta. Inexperientes e pobres, e em geral mulattos, esses recentes migrantes de outros estados eram alvo de desprezo dos moradores, incluindo os fabricantes de móveis. A maneira como eles eram recebidos refletia o fosso entre a comunidade de São Bernardo, conservadora e coesa, e os trabalhadores migrantes, que traziam novos problemas e dificuldades.

Sem vínculos em São Paulo, os trabalhadores da Anchieta estavam sujeitos a tratamentos arbitrários pelo DER. Viviam em acampamentos provisórios; normalmente recebiam seus salários com atraso e, às vezes, em vales. Alimentando suas famílias com arroz, feijão e água, queixavam-se amargamente da pouca quantidade fornecida pelo DER, e pediam "que as autoridades", como disse um dos trabalhadores, "não os deixassem perecer em um estado tão rico quanto São Paulo." (48)

O poder local, organizado no PSD, rapidamente recorreu à ação policial para controlar a desordem popular, pela qual os recém-chegados eram considerados culpados. Os trabalhadores do DER sofriam ataques da polícia, e pelo menos nove deles foram presos por porte de armas não especificadas. Sofrendo represálias, eles procuraram se organizar para melhor expor suas queixas. Tereza Delta provou ser a defensora desses trabalhadores, não apenas através de atos corajosos, mas também através de palavras. Após saírem de uma reunião à noite, os trabalhadores do DER reuniram-se na casa de Tereza, logo invadida por policiais e por inspetores do DOPS, que ordenaram a dispersão imediata dos trabalhadores. A polícia só foi dissuadida após uma viva discussão com a

Jovem líder carismática de São Bernardo.

Desde o início, os líderes do PSD de São Bernardo haviam denunciado o movimento de protesto que fez de Tereza Delta uma verdadeira política. Para a elite local, ela era uma forasteira que simbolizava as perturbadoras mudanças do pós-guerra. Além de desafiar o controle do PSD local, ela violava todas as normas de comportamento mais caras à comunidade local - especialmente para uma mulher. Do ponto de vista das classes média e alta, Tereza era uma pessoa desonrosa, de nascimento incerto e, ainda por cima, desquitada - isso em uma sociedade ainda imbuída de uma severa moralidade católica conservadora. Além disso, ela defendia e se identificava com os párias da sociedade tais como aqueles envolvidos com o jogo-do-bicho, cuja extinção era o objetivo da principal campanha "moralizadora" da UDN paulista. (49)

Como adversários do PSD, os comunistas rapidamente perceberam o potencial político desse movimento espontâneo. Saudando os acontecimentos de São Bernardo como a primeira "greve geral contra a fome" no estado, o jornal do PCB reconheceu a legitimidade do apoio popular de Tereza entre os trabalhadores como resultado de seus muitos atos de efetiva generosidade. (50) Embora fosse o primeiro a tentar atrair Tereza, o PCB não estava sozinho na busca desse apoio. Em fins de 1946, Adhemar de Barros abordou-a com uma proposta prática: uma futura indicação para prefeita de São Bernardo, em troca dos votos de seus seguidores populares. Ao fazer isso, Adhemar cooptava uma liderança local insurgente, sem se preocupar com as convenções normais da política de elite, ou com as normas usuais de "respetabilidade" entre as "classes con-

servadoras".

Tereza Delta é o epítome de muitas das idéias já estabelecidas sobre o populismo e políticos populistas. Uma figura do tipo de Evita Perón, ela demonstrou ter coragem e uma retórica militante que impeliu o povo contra os "vilões". Evitando críticas sistemáticas, Tereza concentrou seus ataques sobre os comerciantes, muito mais do que sobre os empregadores. Essa estratégia evitou uma ênfase no conflito de classe, em favor de uma mobilização do povo enquanto consumidor. (51)

"Corajosa lutadora pela causa dos humildes", Tereza também manteve com seus seguidores o tipo de relacionamento clientelista muitas vezes descrito na literatura sobre o populismo. Suas atividades caritativas e a manipulação de queixas individuais sugerem o relacionamento de um líder carismático com uma massa desorientada, tão familiar nas caracterizações do populismo.

Por fim, esse exemplo de São Bernardo demonstra a dicotomia dos antigos e dos novos trabalhadores em termos de seu apoio ao populismo. Os seguidores de Tereza eram recentes migrantes rurais e, portanto, vulneráveis a todo o tipo de abuso; eles acharam em Tereza o tipo de protetora que procuravam. Os comunistas tentavam politizar a ira popular e direcioná-la contra Macedo Soares, do PSD. Por outro lado, o tom do protesto era expresso de forma significativa por um trabalhador que se queixava de que "ninguém estava do lado do povo: nenhuma autoridade do governo". (52)

Contudo, um exemplo tão adequado como o de Tereza Delta muitas vezes leva os estudiosos a ignorar a variabilidade do fe-

nômeno populista. Se o caso de São Bernardo está em um extremo de um continuum, encontraremos na outra extremidade uma dinâmica populista diferente, como por exemplo no município de Santo André, altamente industrializado. Os distritos industriais densamente habitados de Santo André e São Caetano representavam um desafio maior para Adhemar de Barros, dada a mobilização já existente dos trabalhadores, quer nos sindicatos, quer na arena política.

Contudo, sendo um homem de grande ambição, Adhemar estava disposto a correr riscos para atingir suas metas. Apesar de ser um produto do PRP, ele tomou uma posição de centro-esquerda na política estadual no período do pós-guerra. Quando os comunistas no ABC e em outros lugares foram presos, após o golpe contra Getúlio Vargas em 29 de janeiro de 1945, Adhemar anunciou seu apoio à legalidade do PCB. Durante o ano seguinte, seu PSP participaria de muitas atividades com o PCB.

O ajuste precoce às novas realidades também foi uma característica dos partidários de Adhemar em Santo André. Conduzidos por Antonio Braga, estes partidários, embora numericamente pouco significativos, estavam mais abertos à nova realidade política do que qualquer outro grupo dentro da classe política conservadora. Esta nova realidade havia surgido com o resultado das eleições de 2 de dezembro de 1945. "Um novo mundo está nascendo nas agitações do pós-guerra, escreveu seu segundo vice-presidente em fevereiro de 1946. "As velhas idéias, preconceitos e injustiças", continuou, "estão se acabando". Enquanto "os estadistas desiludidos acham-se em um impasse", concluiu ele, "apenas a aristocracia do dinheiro continua inabalável, imune às injunções

vermelhas' do presente".(54)

A consciente posição inovadora dessa pequena fração da classe média em janeiro de 1946 é exemplificada pelo presidente de seu partido em Santo André, Antonio Braga, de 43 anos. Muito ativo no PRP de Ribeirão Pires antes de 1930, Braga foi vereador em Santo André de 1936 a 1937, e continuou suas atividades políticas durante o Estado Novo. Ele estava associado a pessoas que faziam oposição ao prefeito nomeado Carvalho Sobrinho, líder do PSD local. Em 1943, o jornal dessa facção, O Imparcial, foi confiscado pelos censores, e vários jornalistas foram presos por um breve período. Em 1945, quando Braga fundou o grupo de Santo André, que mais tarde se afiliaria ao PSP, ele era o único entre os grandes políticos locais que não aderiu nem ao PSD nem à UDN.

Desde 1940, Antonio Braga era proprietário de um pequeno laboratório farmacêutico que, em 1945 possuía 10 empregados. Uma visita do líder sindical uruguaio, o comunista Enrique Rodriguez, deu a primeira oportunidade ao pequeno industrial de se distinguir radicalmente de seus aliados políticos e de outros empregadores. A 9 de janeiro de 1946, ele publicou um artigo no jornal comunista Hoje, no qual discutia suas impressões e opiniões favoráveis ao encontro.(55)

Braga relatou que alguns trabalhadores o viam com certa desconfiança e outros com curiosidade, intrigados com o paradoxo do industrial que compareceu a um encontro para discutir "interesses da classe trabalhadora, notadamente o sindicalismo", o "bicho-papão" de seus colegas empresários. Depreciando o típico "espírito ganancioso e a ambição desenfreada" dos empresários,

ele denunciou o "pensamento falso e o orgulho inóspito" que fazem com que eles se oponham às "justas reivindicações", e às "aspirações profundamente humanas e perfeitamente racionais" de seus trabalhadores.

Combinando a retórica com o reconhecimento de verdades básicas sobre as relações empregador-empregado, esse industrial obteve facilmente a aceitação dos leitores de Hoje. Descrevendo uma "verdade triste e revoltante" sobre o sistema de justiça trabalhista, Braga disse que "muitos patrões preferem gastar 'cem' com advogados para não ter que pagar 'dez' ao trabalhador, que o reivindica com razão.

Braga evitou o tom de condescendência que dominava os discursos de udenistas como Almeida Prado. A miséria de inúmeras famílias da classe trabalhadora, disse ele, deve ser modificada, mas ele se recusou a chamar isso de "filantropia, altruísmo ou caridade", termos bombásticos que apenas aumentavam a " vaidade do rico". Tratava-se de simples justiça dar aos trabalhadores um pouco do que lhes era devido. (36)

Braga argumentou, por fim, que seria necessário o cultivo do sentimento de solidariedade humana, para fazer dos ideais de igualdade, justiça e acima de tudo fraternidade, uma realidade no Brasil. Os trabalhadores estavam rejeitando o lugar "sob a mesa" ao qual foram confinados por muito tempo. Eles procuraram sentar-se à mesa nacional, "erroneamente vista como sendo um privilégio da minoria insignificante que agora a ocupa". Não temos nada a temer, concluiu ele, com relação ao conflito pacífico dos trabalhadores para garantir seus direitos.

O discurso de Braga ofereceu uma alternativa à retórica de esquerda sobre o conflito de classe, ao PSD, notoriamente anti-comunista, às polémicas anti-trabalhistas, e à condescendência elitista do udenista Almeida Prado. A retórica de Braga também apresentou um enorme contraste à de sua colega adhemarista, Tereza Delta, de São Bernardo. O industrial de Santo André não se apresentava como protetor dos trabalhadores locais. Seu discurso era mais astuto, substancioso e politicamente orientado do que o de Tereza, indo além da oposição entre os homens bons e os maus.

No entanto, a diferença mais importante com relação a Tereza Delta era que Braga aceitava a igualdade dos partidos envolvidos. De forma sincera ou não, Braga e seu grupo propunham uma parceria, já que agora os trabalhadores possuíam algo que os políticos profissionais necessitavam: seus votos. De certo modo, a lacuna que separava os tenentes e o trabalhismo durante a revolta de 1924 em São Paulo estava agora fechada. Naquele tempo, os líderes do movimento trabalhista foram ignorados, quando os rebeldes controlaram o centro de São Paulo. Em 1924, o trabalhismo paulista não podia oferecer aos tenentes revolucionários nada que contrabalançasse os possíveis ganhos a serem obtidos através da atração de grupos dissidentes da elite.

Em 1946, a situação se invertia. Os trabalhadores, seus sindicatos e o Partido Comunista não precisavam de Antonio Braga em Santo André. No máximo, suas observações haviam ilustrado a exequibilidade da política de "união nacional", e talvez houvessem facilitado a aliança do PCB com o PSP em janeiro de 1947. No entanto, não havia evidência de qualquer reação das massas ou fi-

ligação ao PSP em Santo André, em 1946.

O episódio Braga foi menos importante para os trabalhadores do que para a classe média de Santo André. Ele indicava o início de uma mudança evolutiva dentro da classe política local. Essas iniciativas do PSP representaram a primeira dissidência isolada da hegemonia das idéias conservadoras e anti-comunistas na classe política de Santo André. Com isso, o PSP diferenciava-se dos partidos políticos sem negar seu passado. Em novembro de 1946, um líder do PSP insistia no fato de que o povo sabia distinguir aqueles "políticos do passado" que realizavam coisas, daqueles que apenas contemplavam o sofrimento popular. (57)

IV. A Jogada de Adhemar:

A Aliança Comunista/Progressista nas Eleições de Janeiro de 1947.

Para conseguir o governo do estado, Adhemar percebeu que precisaria de um apoio maior nas áreas urbanas do que podiam oferecer Tereza Delta e Antonio Braga. Grande manipulador político, Adhemar foi astuto o suficiente para transformar em vantagem a sua própria falta de apoio nas áreas urbanas, já que o PCB não o via como um concorrente na sua base eleitoral, ao contrário do trabalhista Hugo Borghi. Além disso, a necessidade imperativa que Adhemar tinha do apoio comunista aumentou a confiança do PCB na sua possibilidade de ditar os termos em caso de vitória.

No dia 4 de Janeiro de 1947, foi divulgada a notícia de que o PCB e o PSP haviam feito um acordo. Os seguidores de Prestes indicaram Adhemar como seu candidato ao governo e o PSP concordou com uma lista conjunta de candidatos a deputados federais, e com a indicação de um comunista como um dos candidatos do PSP ao Senado. A aliança dos dois partidos foi formalizada com uma troca pública de cartas, nas quais Adhemar prometia defender a Constituição, respeitar a existência legal de todos os partidos, e agir contra a carestia e a inflação. Esse acordo público foi suplementado por garantias secretas de cargos administrativos para o PCB na sua administração. (58)

Houve um grande furor com relação à aliança PCB-PSP nas classes conservadoras do estado. O Arcebispo de São Paulo Carlos Carmelo de Vasconcelos Nota e a Liga Eleitoral Católica imediata-

mente divulgaram uma carta dizendo que nenhum católico deveria votar em candidatos do PSP. O Presidente Dutra criticou abertamente aqueles que deixavam as considerações eleitorais conduzí-los a negociações com pessoas desleais. A 7 de janeiro de 1947, a cúpula governamental, a igreja e os políticos, incluindo o candidato do PSD ao Senado, Roberto Simonsen, reuniram-se em São Paulo para o encontro da Liga Brasileira de Defesa Democrática. O interventor do estado, Macedo Soares, disse à audiência que merecia crédito por ter sido um dos primeiros a publicamente aclamar o combate ao comunismo. O fantasma do "comuno-Adhemarismo" também gerou o medo e a hostilidade de muitos udenistas, que acusavam o PCB de ingenuidade por acreditar nas promessas de Adhemar. (59)

Ao romper com o establishment político-econômico do estado, Adhemar corria um sério risco. Seu jogo também testava a lealdade de seus correligionários em todo o estado. Pela primeira vez em Santo André, os adhemaristas teriam que combater os argumentos anti-comunistas de seus oponentes políticos e dos industriais locais. Querendo ou não, os políticos do PSP local seriam obrigados a mudar seu comportamento e desenvolver justificações persuasivas para uma aliança com o PCB.

O jornal do PSP em Santo André revelou, de início, uma certa cautela mas, na semana seguinte, conforme ia aumentando a confiança, O Imparcial começou a atacar a "intolerância hitlerista" dos "soldados e coronéis do clero", que proibiam os católicos de votar nesse ou naquele candidato. Os adversários de Adhemar, continuava o jornal, sentiam saudades da Primeira República, quando as eleições eram fraudadas e a questão social resolvida à

força. E o jornal ia ainda mais longe, elogiando a contribuição do PCB na construção da democracia desde 1945. (60)

Com a aproximação das eleições de 19 de janeiro de 1947, as posições em São Paulo estavam polarizadas em dois campos. Os partidos de orientação trabalhista rejeitavam as fórmulas retrógradas do Dutrismo do PSD. A grande maioria das classes média e alta, ao contrário, estava convencida de que a vitória do PSD era não só inevitável como essencial. Apesar dos ataques oficiais, o PCB mantinha seu otimismo. (61)

O dia das eleições no ABC foi calmo e a votação transcorreu normalmente. Enquanto o comparecimento às urnas na segunda eleição do pós-guerra havia diminuído em 13% no âmbito nacional, o comparecimento em São Paulo declinou em 21%, a despeito de serem estas eleições muito disputadas. Contudo, nos distritos industriais do ABC, a queda de 11% foi significativamente menor do que a média estadual. Além do mais, os resultados indicavam que o eleitorado urbano tornava-se mais importante desde 1945. Enquanto os eleitores das áreas industriais somavam 44% do eleitorado estadual em 1945, em janeiro de 1947 este número subiu para 49%. (62)

No ABC, Adhemar assumiu a liderança a partir da primeira urna aberta. Quando a contagem estadual chegou ao fim, ele havia alcançado 35% dos votos, seguido pelo trabalhista Hugo Borghi com 30%. Mário Tavares do PSD, candidato do governo, veio em terceiro lugar com 26% e Almeida Prado da UDN recebeu apenas 8% dos votos em todo o estado. (63)

Adhemar deveu sua vitória à massa de votos urbanos. Na

capital ele teve o dobro dos votos que conseguira no interior (49% e 26% respectivamente). O PTB também foi bem na capital (32%). De fato, a perda de votos na Grande São Paulo foi a maior debilidade dos partidos conservadores. Os eleitores decisivamente puniram o PSD do interventor Macedo Soares por seus pecados anti-populares de ação e omissão. Entre 1945 e 1947, a votação do PSD decaiu dois terços na capital (de 34% para 12%). Apesar de haver perdido menos que o PSD, a UDN viu seu apoio na capital diminuído de um quarto (de 8% para 6%).

Nos votos para governador no ABC, excluindo São Bernardo, a cada dois votos, um era para Adhemar. Ao mesmo tempo, mostravam um apoio maior para Hugo Borghi (43%) que na capital (32%). Apenas 2% dos eleitores de Santo André apoiaram Almeida Prado, o que significou uma queda de 9% comparando-se com os votos recebidos pelo Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945. Em Santo André, os 5% de votos para o pessedista Mário Tavares representaram um declínio de dois terços em relação aos votos recebidos pelos candidatos do PSP à Câmara Federal em 1945. (64)

A vitória de Adhemar de Barros e de seus aliados do PCB em São Paulo constituiu o maior revés para o Presidente Dutra, já que o seu PSD fora muito bem nos outros dezenove estados brasileiros. A nível nacional, o PSD obteve o governo de cinco estados, e de outros seis em coligação. O partido de elite da oposição, a UDN, ao contrário, conquistou os cargos executivos de quatro pequenos estados e de outros quatro em coligação. O novo PTB de Getúlio mostrou sua fragilidade, conquistando apenas o controle de um pequeno estado, e participando de coligações vitoriosas

em outros quatro. (65)

O estado mais populoso e industrializado do Brasil foi o único que elegeu um governador que não era apoiado por nenhum partido de elite e nem pelo PTB. O malogro paulista do compromisso público de Dutra de derrotar Adhemar e o PCB foi uma mensagem ressonante e desafiadora às classes conservadoras. Nos outros estados, o PCB foi impedido de exercer sua influência nessas eleições, quer sozinho, quer em coligação.

O establishment político-econômico de São Paulo ficou chocado com esse surpreendente resultado. As classes alta e média estavam desoladas, pois acreditavam na vitória de Mário Tavares, do PSD. De fato, o declínio do número de votos da UDN em relação a 1945 refletiu uma mudança nas bases desse partido, que preferiram garantir a vitória do mal menor, o PSD, sobre o maior, Adhemar.

A derrota do partido do governo, o PSD, não tinha precedentes na história paulista. (67) A surpreendente derrocada da oligarquia paulista demonstrou que, ao menos em São Paulo, as classes conservadoras não poderiam mais controlar os resultados eleitorais através do coronelismo rural como acontecia nos estados menos desenvolvidos do Brasil. A nova realidade do pós-guerra fez do projeto eleitoral populista, baseado no apoio urbano, a chave para conquistar o controle político do estado mais rico e populoso do país. Com os 200.000 votos urbanos do PCB, Adhemar tornou-se o primeiro governador na história paulista a triunfar devido ao apoio da classe trabalhadora.

Os padrões de apoio urbano/rural e industrial/não indus-

trial aos vários partidos políticos podem ser vistos ainda mais claramente se agruparmos as áreas urbano-industriais do interior com a metrópole paulista. O interior não-urbano e não-industrial constituía 74% da votação estadual do PSD e 64% da votação da UDN. O eleitorado de Borghi era mais dividido, com 52% nas áreas urbano-industriais e 48% no interior. No outro extremo, 76% dos votos do PSP/PCB vieram de áreas urbano-industriais.

Observadores da época rapidamente creditaram esses resultados a clivagens classistas. Ao escrever para a revista *Digesto Econômico*, um analista declarou que as eleições demonstraram "o acentuado progresso da consciência de classe e o crescente antagonismo do proletariado". (68) Os resultados para a Assembléia Legislativa em Santo André evidenciam o comportamento eleitoral de classe entre os trabalhadores da indústria. Nesta segunda eleição do pós-guerra, os trabalhadores do ABC haviam decisivamente rejeitado as campanhas ostentatórias de Roberto Simonsen e Armando Arruda Pereira, dono e gerente da Cerâmica São Caetano. Apesar de empregarem 1.378 trabalhadores em sua fábrica de São Caetano, os dois perderam por larga margem de votos, tendo Armando A. Pereira recebido apenas 112 votos e Simonsen 328. Ao contrário, seus adversários comunistas receberam 1.576 e 806 votos, respectivamente, em São Caetano. (69)

Ao escolher entre os candidatos petebistas para a Assembléia, os eleitores trabalhistas do ABC rejeitaram as candidaturas dos líderes sindicalistas de direita, tais como Deocleciano Hollanda de Cavalcanti, o então novo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria. Os eleitores do PTB na

região do ABC de fato apoiaram um candidato que não era da classe trabalhadora, o advogado Gabriel Migliore, que, como gerente da de rádio São Paulo, de Hugo Borghi, estava ligado a mensagens de militância e protesto. (70)

Contudo, não sendo residente no ABC, Migliore tinha de reconhecer a precedência do único deputado eleito por essa região: o comunista Armando Mazzo. Além de trabalhador da indústria de móveis, Mazzo foi líder na greve de 1934 em São Bernardo, e trabalhava para o sindicato de metalúrgicos em Santo André. Secretário político do PCB municipal, Mazzo recebeu 5.175 votos e tornou-se o único candidato vitorioso no ABC. Preso e maltratado pela polícia em setembro de 1946, Mazzo e outros onze deputados estaduais do PCB foram, em certo sentido, diretamente da prisão para a Assembléia.

Após décadas de conflitos, parecia que os trabalhadores finalmente tiveram o reconhecimento que lhes era devido, ao menos nas eleições. A eleição de Adhemar, de dois deputados federais pelo PCB e de uma grande bancada comunista na Assembléia Legislativa era um novo começo para o trabalhismo em São Paulo. Surgindo como o terceiro maior partido do estado, o PCB fizera onze deputados estaduais, incluindo o trabalhador Lourival Vilar, líder nacional do CGTE e o trabalhador da indústria têxtil Roque Trevisan, o cabeça da federação sindical do estado.

Ao mudar as regras do jogo político em São Paulo, a eleição de Adhemar criou um sistema político distinto no estado durante a República Populista que terminou em 1964. Sua vitória fragmentou o establishment político-econômico estadual e acabou

com o rigoroso controle exercido de cima para baixo, que tinha caracterizado os tradicionais chefes políticos de São Paulo. Ao mesmo tempo, seu triunfo marcou o surgimento de um novo tipo de político, disposto a cortejar, mesmo que por oportunismo, a população da classe trabalhadora urbana. O resultado foi o peculiar amálgama populista conhecido por Adhemarismo.

As classes altas ficaram profundamente perturbadas com o resultado das eleições de janeiro de 1947. O Jornal, pertencente a cadeia dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, não era o único que pedia a Dutra, aos militares e às classes conservadoras que barrassem Adhemar de Barros, um mero "boneco de Prestes". O Jornal declarou que nenhum governo precisava respeitar os "supostos direitos" dessa combinação de "demagogos sem escrúpulos" e o "ilegítimo" e subversivo PCB.

Esses artigos refletiam a opinião de consenso dentro da administração estadual em janeiro de 1947. Eis um relato da Embaixada dos Estados Unidos: "A posição oficial local - uma fonte geralmente confiável - é de que o confronto final com os comunistas é inevitável e, quanto mais é adiada, mais favorável torna-se sua posição... (e que), a despeito dos resultados das eleições, ... a administração estadual ... não deve, sob hipótese alguma, ser entregue a Adhemar de Barros e aos comunistas". Reagindo às iniciativas de Adhemar com relação ao Presidente Dutra, o establishment estadual considerava que qualquer negociação com Adhemar "para abandonar os comunistas era ... perigosa por causa de sua conhecida inconfiabilidade e ambição".(72)

Após a tempestade de janeiro de 1947, a questão permane-

cia: permitiriam que Adhemar assumisse o governo em março?(73) Há menos de vinte anos, o sistema político brasileiro normalmente eliminava candidatos menos controvertidos, que não eram aceitos pelo establishment. Se finalmente Adhemar assumisse, ele proporcionaria aos trabalhadores paulistas, seus sindicatos e líderes políticos os resultados por eles esperados? Adhemar seria o poderoso aliado por quem eles esperaram durante tanto tempo?

V. Os Trabalhadores no Governo?

O Interlúdio Populista de março-maio de 1947

A vitória de Adhemar de Barros pelo PSP-PCB representou um desafio para o establishment político-econômico, que não aceitava a perda do controle do estado mais moderno e populoso do Brasil. A descrença, a ira e o pânico da elite misturavam-se com a euforia popular entre os trabalhadores e os sindicalistas do estado. Mesmo os que apoiaram Borghi e Vargas não podiam deixar de ver a derrota do PSD e da UDN como o indício de novos tempos para o povo. Parecia que os trabalhadores iriam sair da condição de párias políticos e adquirir o status de membros do governo.

A posse do primeiro governador de São Paulo eleito pelo povo a 14 de março de 1947 foi um período de júbilo popular, com celebrações da vitória em todo o estado. O senador Luis Carlos Prestes e outros comunistas e líderes trabalhistas eram convidados de honra do governador. Durante a semana da posse, a cidade de São Paulo também foi o local escolhido pela Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB) para lançar seu programa de mobilização, que visava inscrever 200.000 novos membros de todo o país, sendo 50.000 apenas em São Paulo.

A vitória eleitoral de janeiro de 1947 fortaleceu as convicções dos sindicalistas de que o novo governo estadual democrático deixaria de tratar as lutas trabalhistas como questões de polícia. Havia até rumores de que o governador considerava seriamente a hipótese de abolir o departamento paulista da odiada polícia social e política, o DOPS. A mudança do cenário político

deixou os industriais paulistas apreensivos, já que as responsabilidades das relações trabalhistas do governo federal foram transferidas, em 1946, para o Departamento Estadual de Trabalho (DET). Esse poderoso instrumento estava agora nas mãos do novo governador. Parecia que a estratégia de politizar os conflitos trabalhistas produziria resultados inesperados para os industriais de São Paulo.

Para o Partido Comunista do estado, o novo governador e a Assembléia Legislativa eram o começo de um "governo de colaboração", no qual a classe trabalhadora desempenharia um importante papel. Em seu telegrama de congratulações, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Victor Savietto, escreveu que "as eleições ofereceram a Adhemar a oportunidade de governar com o povo". Ele frisava também que o novo governador deveria cumprir sua promessa eleitoral de demitir o chefe do DET, Eduardo Saad, repudiado em virtude de seu envolvimento passado com a violência anti-trabalhista, e com intervenções nos sindicatos de Santo André. (75)

Surgindo como o terceiro partido de São Paulo, o PCB conseguira uma extraordinária vitória - sucesso igualado apenas pelos comunistas do Rio de Janeiro. Contudo, no encontro do Comitê Nacional do PCB, em fevereiro de 1947, o senador Luis Carlos Prestes criticou o PCB estadual por ter deixado o triunfo "subir à cabeça de muitos comunistas". De fato, essa mesma atmosfera de auto-confiança alcançou até os trabalhadores da indústria que não haviam participado dos movimentos grevistas no ano anterior. A posse de Adhemar gerou uma pequena onda de greves nas fábricas,

que combinou os contínuos esforços de organização por parte dos líderes trabalhistas com as ações espontâneas dos trabalhadores.

Quatro dias após a posse de Ademar, 1.500 trabalhadores da indústria têxtil de Santo André deram início a uma greve de uma semana contra a Rhodiaseta - divisão de fiação e tecelagem da indústria francesa Rhodia. Ao contrário dos operários químicos da Rodhia de Santo André, os trabalhadores da indústria têxtil, composta em sua maioria por mulheres, não haviam entrado em greve em 1946, e não se encontravam muito integrados ao sindicato da categoria, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, de tendências direitistas. No entanto, uma oposição de centro-esquerda surgiu dentro do sindicato têxtil, sob as condições mais liberais de 1946. Com o fim das eleições sindicais imposto pelo governo, os ativistas não tinham a perspectiva imediata de depor o então presidente Poletto, portanto a organização ocorreu por fora do sindicato - mas não contra ele.

Temendo que Poletto pudesse atrapalhar o dissídio coletivo de 1947, centenas de trabalhadores da indústria têxtil reuniram-se no dia 16 de março para formular suas próprias reivindicações, que abrangiam milhares de trabalhadores desse setor em Santo André. (77)

Na fábrica Rhodiaseta, os ativistas buscaram negociações diretas com a empresa. Um dia antes da greve, ao receber as reivindicações da comissão sindical, a gerência pediu um tempo para preparar sua resposta. Quando, no dia seguinte, foi oferecido um pequeno aumento, os operários entraram em greve e tiveram o apoio imediato dos mestres e contra-mestres sindicalizados da fábrica.

Realizando uma passeata da fábrica até a sede do sindicato, os grevistas pediram que Poletto convocasse uma assembléia oficial do sindicato. Ao se reunirem, naquela noite, os grevistas da Rodhiaseta associaram-se a ativistas têxteis de outras fábricas. (78)

A unidade e organização dos operários era forte o suficiente para obrigar até mesmo o mais hostil líder trabalhista do PTB, como Poletto, a apoiar a greve. A decisão de Poletto de cooperar refletia o seu reconhecimento da legitimidade da ação, apesar do fato de que ela estava sendo dirigida por seus adversários no sindicato. Sua posição teve também uma motivação política por causa de suas responsabilidades como presidente do diretório do PTB em Santo André. (79)

A dimensão política da greve da Rhodiaseta também foi reforçada com a participação do deputado estadual comunista pelo ABC, Armando Mazzo, que em seu discurso considerou a paralização dos trabalhadores dentro de uma perspectiva de crise industrial. Ele declarou que o proletariado deveria defender "nossas indústrias nacionais", já que eles seriam as primeiras vítimas do fracasso de qualquer ramo da indústria como resultado da competição norte-americana. (80)

O PCB não era o único a defender uma orientação nacionalista para industrializar o Brasil, uma meta eloquentemente articulada por Getúlio Vargas em 1945. Até mesmo os industriais brasileiros, apesar de seu anti-comunismo, estavam convencidos de que o futuro da nação era a manufatura. Contudo, essa era a única idéia compartilhada por ambos, pois empregados e empregadores

procuravam usar esse intento patriótico na defesa de seus próprios e distintos interesses.

Em seus pronunciamentos aos grevistas da Rodhiaseta, o primeiro político trabalhista bem sucedido no ABC explicou que o aumento da produtividade dos trabalhadores deveria vir lado a lado com a luta por melhores condições de vida e trabalho. Um dos grevistas, José Rodrigues, tornou mais clara a proposta implícita: "É nosso dever como patriotas e trabalhadores defender nossa indústria e cooperar com o governo para o progresso do país". Contudo, ele frisou que "aqueles que dão, também querem receber". Ao garantirem a jornada de oito horas, os trabalhadores "estarão dispostos a produzir ao máximo de sua capacidade", e concluiu dizendo que "para ter trabalhadores melhores, mais rápidos e ativos, os empregadores devem dar um aumento justo no salário e condições de trabalho dignas de seres humanos". (81)

O conflito do período pós-guerra girava precisamente em torno da rejeição, por parte dos empregadores, a tal acordo. Durante a semana de greve da Rhodiaseta, Morvan Dias Figueiredo atacou abertamente os "exagerados" pedidos por aumento de salário através de dissídios. Pedindo aumentos que não divergissem da "realidade econômica", o industrial paulista falou do "plano de agitação" feito para criar um "desequilíbrio econômico" e uma "confusão" geral que facilitariam os objetivos sinistros de certos grupos. (82)

Esse choque frontal de interesses materiais entre trabalhadores e empregadores era um problema que atormentava a política econômica e social desde o início dos anos 30, e ameaçava o

projeto de industrialização nacional. Quem determinaria o equilíbrio entre essas duas forças opostas, e como isso seria feito? Enquanto Vargas acreditava que o assunto era de reponsabilidade da burocracia trabalhista do Estado, industriais politicamente bem posicionados como Morvan Dias opunham-se a que o Estado assumisse esse papel. O Ministro do Trabalho advertiu publicamente que o sistema de justiça trabalhista podia facilmente ser convertido em uma força "desorganizadora" da economia nacional.

Como governador do estado mais industrializado do país, Adhemar de Barros teria que lidar com o inevitável conflito de interesses entre trabalhadores e empregadores. Ao contrário de seus predecessores, Adhemar adotou um estilo bem diferente de negociar com os sindicalistas e seus representantes políticos. A identificação do PSD com os industriais nessas disputas abriu espaço para uma posição e uma retórica mais neutras. Em abril, o Secretário de Segurança Pública de Adhemar, Flodoaldo Mara, informou a seus delegados de polícia que "a força e a violência não resolvem nada satisfatoriamente" em um governo verdadeiramente democrático. "Injustiça" e "palavras duras" por parte da polícia - concluiu - apenas espalhariam "as sementes da revolta".(83)

As reuniões de Adhemar, no começo de 1947, com delegações sindicais e trabalhistas, eram conduzidas em bases bem menos paternalistas que no passado. Além do mais, essas delegações eram mais afirmativas em suas exposições - reflexo da força sindicalista e da nova influência política trabalhista. Num gesto simbólico, o governador democraticamente eleito chegou a prometer ajuda aos grevistas da ferrovia São Paulo-Goiás.

A 24 de março de 1947, Adhemar recebeu delegações dos conselhos da central trabalhista do estado e da cidade de São Paulo, acompanhados pelo presidente da CGTB, Roberto Morena. Exigindo mudanças no DET, os sindicalistas tiveram uma calorosa recepção, na qual o governador expressou sua confiança nos trabalhadores sindicalizados e seus órgãos de liderança. Prometendo agir contra o alto custo de vida e a miséria popular, Adhemar disse que dedicaria sua atenção ao DET, e pediu em troca sua cooperação para explicar aos trabalhadores a necessidade de se evitar greves. Disse também a seus interlocutores que a violência da polícia contra os trabalhadores, ou a interferência nas reuniões dos sindicatos, deveriam ser informadas diretamente a ele, para que tomasse as devidas providências. (85)

O contraste com Macedo Soares, que tomava sempre o partido dos empregadores, era enorme. Contudo, o fato de Adhemar não querer se identificar automaticamente com os empregadores não significava que havia uma identificação inequívoca sua com os trabalhadores, seus sindicatos e partidos políticos. O novo governador não tinha nenhum interesse em ser porta-voz dos trabalhadores e nem em aceitar o controvertido PCB como parceiro na administração estadual. Uma vez eleito, procurou aplacar os interesses, sem porém anular qualquer grupo - uma típica característica populista. (86)

Uma vez no poder, Adhemar levou em consideração os vários grupos de interesses, incluindo os industriais que se opuseram à sua eleição. No dia da posse, anunciou os nomes para todos os cargos do governo, com exceção de posições altamente estraté-

gicas, como a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria do Trabalho. A despeito de suas promessas anteriores, ele não substituiu imediatamente Eduardo Gabriel Saad do DET. Uma semana após a posse, Saad ordenou às indústrias químicas do ABC que transferissem seu pagamento do imposto sindical, da organização de centro-esquerda mais representativa dos operários químicos para o grupo de ex-líderes do Sindicato dos Químicos, a quem apoiava. Conforme iam passando as semanas, os empregadores paulistas iam ficando satisfeitos com o fracasso do governador em adotar a posição pró-trabalhista que o movimento sindical esperava dele. (87)

Essas atitudes revelaram muito sobre a natureza do comportamento de Adhemar no governo. O antigo interventor aliara-se ao PCB para atingir suas próprias metas políticas. Manter um consistente rumo pró-trabalhista no governo afetaria suas relações com as classes conservadoras do estado, uma base política decisiva, que poderia influenciar em sua permanência no poder. Porém, ao mesmo tempo, como político astuto que era, Adhemar evitava perder a popularidade e o apoio trabalhista que havia conquistado durante a campanha eleitoral. Para atrair essas bases contraditórias, ele preferiu o terreno da política simbólica. Usando essa aceitação popular, o governador tomou numerosas atitudes favoráveis ao trabalhismo, incluindo a promessa de apoiar oficialmente um comício do Dia do Trabalho em São Paulo, planejado por uma comissão inter-sindical de centro-esquerda. (88)

Porém, nem todos os conflitos podiam ser evitados. A greve da Rhodiaseta de Santo André colocou Adhemar em uma situação potencialmente difícil. Aceitando uma audiência com os gre-

vistas, ele procurou conquistar a aprovação da delegação e dos deputados estaduais que os acompanhavam - Armando Mazzo do PCB e José Alves da Cunha do PTB. Ao mesmo tempo, procurou evitar qualquer responsabilidade direta pelos resultados da greve, apesar da influência decisiva que o DET desempenhara nos processos do Tribunal do Trabalho. (89)

Abrindo a audiência da Rhodiaseta em 24 de março de 1947, o criticado chefe do DET, Eduardo Saad, procurou usar o apoio popular de Adhemar para convencer os trabalhadores a voltar ao trabalho, prometendo uma intervenção pessoal do governador para atender suas reivindicações. Encorajados, os advogados dos empregadores se recusaram a mudar sua oferta de 10% de aumento salarial sem descanso remunerado. Incapaz de achar uma fórmula conciliatória, um oficial do DET perguntou aos grevistas: "Vocês querem que Adhemar os defenda?" Eles responderam que sim e foram aconselhados a voltar ao trabalho. (90)

Enquanto alguns trabalhadores presentes aceitaram o argumento do DET, outros se surpreenderam com o fato de que um representante de Adhemar quisesse que eles retornassem ao trabalho "de cabeça baixa". Lázaro Maria da Silva, procurador do sindicato, negou que o apoio ao governador pudesse implicar na desmoralização dos trabalhadores, ou na negação de seu direito constitucional de greve. Outros sindicalistas assinalaram que dois oficiais do DET presentes haviam participado da invasão das sedes do Sindicato dos Trabalhadores Químicos em Santo André no começo do mês.

Os comunistas criticaram o chefe do DET por contradizer

o que eles acreditavam que deveriam ser as políticas do governador "democrático". O descontentamento focalizava-se em Saad: ele teria sido autorizado a agir em nome de Adhemar ou não? Assim, a crítica foi desviada do governador. Os descontentes com Saad forneceram um motivo a Adhemar para substituí-lo na diretoria do DET por um Adhemarista, no início de abril.

O episódio da Rhodiaseta revelou as tensões existentes entre os trabalhadores organizados e os políticos populistas. Ao enfrentar escolhas difíceis, era claro que a administração de Adhemar preferia postergar ao máximo uma decisão categórica. Como resposta à pressão das bases, proferia apenas uma mensagem vaga do tipo "confiem em mim", enfatizando que apenas o político populista poderia resolver o problema dos trabalhadores. De fato, quando Adhemar enfrentou uma certa pressão, ele favoreceu os representantes dos trabalhadores. No caso da Rhodiaseta, as negociações levaram a termos mais ou menos favoráveis aos trabalhadores têxteis - uma vitória para o trabalhismo.(91)

De um modo geral, o PCB e seus aliados, antes estigmatizados, acharam que os acontecimentos de março e abril de 1947 eram um começo promissor de uma nova era da política paulista e das relações trabalhistas. Falando em nome da delegação do PCB na assembléia estadual a 30 de abril de 1945, Armando Mazzo elogiou a decisiva contribuição do proletariado nas "conquistas democráticas dos últimos anos". Aclamando a organização e a consciência da "classe do futuro", Mazzo advertiu que "as forças retrógradas" não haviam desistido de "suas aspirações reacionárias".(92)

Contudo, esses inexperientes na política estavam longe

de controlar a situação. A iniciativa permaneceu firme nas mãos de seus aliados do PSP. A vitória trabalhista de janeiro de 1947 lançou um novo desafio ao movimento dos trabalhadores em São Paulo: como manter e exercer influência em uma aliança populista. Com relação a isso, o calcanhar de Aquiles da militância trabalhista, no pós-guerra, era a ausência de um apoio organizado no interior. A dramática entrada dos trabalhadores e da população urbana na política em 1945 não fora suficiente para neutralizar a importância do voto rural em São Paulo. Mesmo que o PCB tivesse monopolizado todos os votos urbanos do estado, a vitória ainda dependeria do apoio dos 52% de eleitores das áreas rurais.(93)

Portanto, a chave para o imediato sucesso eleitoral no pós-guerra estava com os políticos que, como Hugo Borghi e Adhemar de Barros, podiam combinar elementos dos dois mundos da política paulista. Uma vez no poder, Adhemar reforçou sua base rural ao conseguir o apoio de famílias e máquinas políticas tradicionais, liquidando a base local do PSD. Simultaneamente, atraiu os trabalhistas para seu lado ao incorporar Hugo Borghi em sua coalisão de governo. A inesperada vitória de Adhemar em 1947 levou a uma reorganização das alianças partidárias, na qual o PSP conquistou candidatos eleitos pelo PSD, PTB e até mesmo de um grupo de dissidentes da UDN, liderados por Paulo Nogueira.(94)

Essa demonstração de virtuosismo político e de flexibilidade sem princípios não podia ser acompanhada pelo PCB, que cada vez mais dependia de um aliado, Adhemar de Barros, que, por sua vez, cada vez menos carecia do apoio dos comunistas. Durante março e abril de 1947, a força do PCB nas negociações com Adhemar

era menor do que se poderia esperar. A saída de Eduardo Saad do DET no começo de abril, por exemplo, não foi seguida pelas políticas pró-trabalhistas. Hoje era crítico em suas respostas ao novo Secretário do Trabalho de Adhemar, Helvídio Martins, sobre questões-chave como a autonomia do DET em relação ao governo federal, intervenções nos sindicatos e liberdade de associação. Apesar de controlado por Adhemar, o supervisor do DET chegou, a princípio, a desistir da promessa do governador de um apoio oficial aos comícios de Primeiro de Maio, organizados por uma comissão inter-sindical de centro-esquerda.(95)

As celebrações do Primeiro de Maio de 1947 em São Paulo incorporaram todos os anseios do movimento sindicalista estadual e do PCB. No ano anterior, os comícios haviam sido proibidos pelo interventor Macedo Soares, ao passo que o de 1947 no Vale do Anhangabaú foi conduzido pelo governador e seu novo Secretário do Trabalho. No ABC, o prefeito do PSP, Alfredo Maluf, compareceu a uma comemoração num sindicato em São Caetano. Os sindicatos e os movimentos políticos nunca haviam recebido tal apoio público do governo do estado.(96)

Contudo, esses exercícios em política simbólica eram vistos com apreensão pelos poderosos adversários conservadores a nível nacional e estadual. O ex-Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, recém-eleito senador por Alagoas, referiu-se às comemorações do Primeiro de Maio em São Paulo como "um perigo iminente para a democracia no Brasil".(97) A administração de Dutra, que procurava pôr o Partido Comunista na ilegalidade, colocou-se ao lado daqueles que desafiavam a legitimidade do mandato eleitoral

do governador do PSP-PCB.

Os partidos que perderam para Adhemar - a UDN e o PSD - estavam prontos para explorar a situação do governador de São Paulo. Apelos formais por uma intervenção presidencial uniam-se às conspirações informais que tinham essa mesma finalidade - fazer de sua sobrevivência a principal preocupação de Adhemar no começo de seu mandato. Essas pressões não eram facilmente neutralizadas pelo apoio popular cultivado por Adhemar nos meses que se seguiram a janeiro de 1947.

O Presidente Dutra usou seu poder constitucional no sentido de pressionar os governos estaduais para que obrigassem Adhemar a apoiar o PSD paulista e a iminente cassação do registro legal do PCB. (98) No começo de maio de 1947, o governo de Dutra exercia uma intensa pressão sobre o Juiz do Tribunal Superior Eleitoral para acabar com o impasse sobre o registro legal do PCB. A 7 de maio de 1947, o Juiz Rocha Lagoa anunciou a cassação do registro do PCB como partido político legal. O sucesso do governo federal em relação à ilegalidade do Partido Comunista representou uma séria ameaça a Adhemar de Barros, que poderia ser deposto se continuasse apoiando sua existência legal. Em face dessa ameaça à sua sobrevivência política, Adhemar capitulou no início de maio de 1947, ao entrar em acordo com o PSD para se manter no poder sem seus aliados de esquerda. Dois dias após a decisão do TSE, a polícia estadual de Adhemar invadiu as instalações do PCB e do CDP em todo o estado - medida essa repetida em todo o país. A intervenção governamental depôs líderes de centro-esquerda em trinta e seis sindicatos paulistas, inclusive dois

em Santo André.

VI. Adhemar de Barros e o Significado do Oportunismo

As esperanças do dia 1º de maio de 1947 caíram por terra uma semana depois, quando os comunistas paulistas e seus aliados sindicais de centro-esquerda não receberam a proteção que esperavam ter, ao se aliarem a Adhemar em janeiro. A mudança de posição de Adhemar em maio de 1947 - uma surpresa para seus aliados de esquerda - foi tida como a mais dramática demonstração de seu oportunismo inescrupuloso na história política brasileira.

Nos poucos comentários superficiais do episódio, os comunistas foram repreendidos por seu "oportunismo" e sua "ingenuidade", pelo fato de terem acreditado que não haveria traição por parte de Adhemar de Barros. Muitos admitiram que a ruptura de Adhemar com o PCB era inevitável e que isso fazia parte de seus planos desde o início. Contudo, não havia indício de que o governador paulista teria agido assim, não fosse a pressão do Presidente Dutra, que ameaçava uma intervenção estadual.

Sendo antes de mais nada um político calculista, Adhemar não tinha a intenção de se transformar em uma nova versão do antigo interventor estadual do PSD, Macedo Soares. Ao cooperar com a sanção de maio de 1947, Adhemar agiu de maneira realista, adotando a marca do conservadorismo ideologicamente consistente do PSD. De fato, as eleições de janeiro de 1947 demonstraram claramente que uma posição vigorosa e abertamente anti-trabalhista era o caminho do desastre político - como seria em São Paulo durante toda a República Populista.

Os estudiosos normalmente admitem que os acontecimentos

de 9 de maio de 1947 marcaram a definitiva tomada de posição do governador paulista com relação ao PCB e ao trabalhismo. Essa impressão é em grande parte baseada na vigorosa repressão de Adhemar aos esquerdistas suspeitos em 1948 e 1949. (99) Contudo, essa política repressiva, tipicamente defendida pelo PSD e os industriais paulistas no final de 1947, não fazia nenhum sentido eleitoral no que se refere ao objetivo político de curto prazo de Adhemar: ganhar as eleições municipais do estado em novembro de 1947.

Sabendo da ampla desaprovação pela classe trabalhadora da cassação do PCB e das intervenções sindicais, Adhemar não tinha a intenção de assumir qualquer ônus a mais que o estritamente necessário para satisfazer seus novos "parceiros": Dutra e o PSD paulista. O governador queria consolidar suas regras face aos irredutíveis e inconformados adversários da elite. Nesse contexto, Adhemar simplesmente não poderia desperdiçar o capital político que ele e seus correligionários urbanos ainda tinham - especialmente sendo ainda incerto o resultado da apelação legal do PCB com relação à cassação.

O governador quis evitar a controvérsia em torno da idéia de que uma grande repressão anti-comunista teria sido criada nas áreas urbanas do estado. De fato, a intervenção policial contra o PCB e seus membros, no ABC e em outros lugares, foi menor entre maio e novembro de 1947, quando o partido foi posto na ilegalidade, do que a de 1946 - período em que ainda era legal. Na verdade, o período da legalidade pelo qual passou o PCB paulista no final de 1947 facilitou enormemente a vitória dos candi-

datos comunistas. Concorrendo por outros partidos, eles foram vitoriosos nas eleições municipais de novembro em muitos centros industriais tais como Santo André. (100)

O cômputo eleitoral que motivou Adhemar a nível estadual era sentido mais fortemente no cenário político das áreas urbanas. Ansiosos pelo apoio dos comunistas e seus eleitores da classe trabalhadora, todas as facções políticas da classe média do ABC (com exceção do PSD) procuravam atrair o PCB. O prefeito de Santo André, Alfredo Maluf, do PSP, aderiu aos protestos contra a destituição de comunistas eleitos, e chegou mesmo a convidá-los para as comemorações do Dia da Independência. Além do mais, a Prefeitura concordou em distribuir bens têxteis a preços mais acessíveis, através da União das Mulheres Democráticas de Santo André, chefiada pela comunista Carmem Savietto. (101)

Como era esperado, o comportamento oportunista dos Adhemaristas criou um difícil problema tático para os comunistas, que procuravam direcionar o apoio público contra a traição que sofreram nas mãos deste "político capitalista reacionário". O posicionamento deliberadamente ambíguo de Adhemar tinha em mira o enfraquecimento do efeito dos ataques ao nível da opinião popular. Em setembro de 1947, Pedro Pomar, líder do PCB, criticou a crença que se espalhava de que "Adhemar não havia traído o povo", mas havia sido forçado "pelos fascistas" a fazer o que fez. Ele declarou que isso era uma "ilusão" daqueles que ainda acreditavam na demagogia de Adhemar. (102)

Essa conduta oportunista representa uma dimensão importante do fenômeno populista como o conhecemos no Brasil do pós-

guerra. É importante notarmos ainda que o establishment conservador de São Paulo estava igualmente horrorizado com o comportamento de Adhemar. Ao clamar pelo combate ao comunismo, Adhemar estava abandonando as demandas da solidariedade de classe, numa tentativa de atrair os votos dos comunistas - o tipo do oportunismo que o presidente Dutra tinha explicitamente criticado no passado.

(103)

Porém, essas táticas moralmente censuráveis efetivamente funcionaram para políticos como Adhemar de Barros (ou Jânio Quadros), o que foi uma fonte infundável de frustrações para a direita e a esquerda, trabalhadores e industriais de São Paulo. Como, então, podemos julgar esse oportunismo em termos históricos e sociais mais abrangentes? De fato, esse tipo de comportamento calculadamente inconsistente com relação a assuntos ligados ao trabalho e ao capital seria compartilhado por todos os governadores de São Paulo do pós-guerra, até 1964.

Todos os governadores paulistas - Adhemar, Nogueira Garcez, Jânio Quadros, Carvalho Pinto - mostrariam o mesmo tipo de oportunismo estudado com relação ao trabalhismo, do qual Adhemar foi pioneiro em março e abril de 1947. Assim como Adhemar havia manipulado a greve na Rhodiaseta, eles evitavam, o quanto possível, uma decisão definida e preferiam uma mensagem vaga do tipo "confiem em mim", enfatizando assim a idéia de que eles sozinhos poderiam resolver o problema dos trabalhadores.

O irremediável conflito de interesses entre trabalhadores e empregadores veio à tona em sua forma mais aguda durante as greves. Na estrutura legal altamente centralizada de São Paulo, o

governador do estado tinha controle direto sobre a polícia, a milícia estadual e o DOPS. Mesmo evitando ao máximo uma tomada de posição, uma greve forçava o governador a ir além do simples apoio verbal ou de ações simbólicas, e se posicionar. Sob o sistema político populista emergente em São Paulo, as questões trabalhistas colocavam problemas eleitorais potencialmente importantes. Geralmente o governador adotava uma posição pró ou anti-trabalhista, dependendo do caso (dimensões do conflito, força ou influência dos industriais ou líderes sindicais em questão). Como ocorreu com Adhemar no fim de 1947, o calendário eleitoral foi um dado importante que determinou a posição a ser tomada. (104)

Devemos lembrar que a busca de princípios no governo e na política, tão aclamada por trabalhadores e industriais, não era um valor em si para os partidos. Em uma greve ou outro conflito trabalhista, havia efeitos políticos concretos, tais como a ação da polícia, que estavam em jogo. Para o lado dos trabalhadores, que é o mais fraco, uma posição oportunista do governo, que lhe permitisse vitórias ocasionais, era preferível à posição anti-trabalhista por princípio, típica dos períodos anteriores do governo paulista.

O grande desafio para o movimento trabalhista do pós-guerra em São Paulo era como aumentar sua força dentro desse inconsistente sistema pró-trabalhista - o mesmo desafio que o PCB enfrentou, sem sucesso, em março e abril de 1947. Quando no poder, os políticos populistas estaduais não tinham interesse em criar ou adotar uma militância trabalhista que provocasse verdadeiros problemas políticos. Contudo, a classe trabalhadora e o

movimento trabalhista, quando podiam unir suas forças, tinham a capacidade de alterar o cálculo de tais julgamentos políticos, enquanto as eleições continuassem sendo o caminho para o poder.

O melhor exemplo pode ser obtido em outra grande revolta trabalhadora do estado depois de 1945-1947: a famosa "greve dos 300.000" na cidade de São Paulo, em março e abril de 1953. O significado do amplo contexto político desse movimento foi negligenciado por muitos estudiosos. Como a paralização total da Rhodiáseta em 1947, a greve começou e se expandiu em uma atmosfera de força e esperança da classe trabalhadora, gerada por um acontecimento político: a vitória de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, com a memorável campanha "o tostão contra o milhão".

Os acontecimentos de 1953 na capital do estado foram de fundamental importância para todas as forças políticas, por causa das próximas eleições para governador de 1954. O prefeito eleito de São Paulo, Jânio Quadros, apoiou abertamente o movimento de greve, com vistas às eleições. Adhemar de Barros, tendo rompido com o governador do estado que havia sido candidato pelo PSP em 1950, converteu seu jornal, O Dia, em porta-voz do movimento grevista de esquerda (complementando assim as matérias do Notícias de Hoje, de propriedade dos comunistas).

Naturalmente, o governador Lucas Nogueira Garcez não compartilhava das opiniões de Jânio e Adhemar. De fato, a greve foi marcada por vários choques entre os grevistas e a polícia, que terminavam em prisões e espancamentos. Contudo, a atitude do governador durante a greve também estava relacionada às eleições que estavam por vir: em termos eleitorais, ele não podia se dar

ao luxo de apoiar abertamente o lado dos industriais nessa disputa.

O dilema de Nogueira Garcez levou-o a um comportamento marcadamente esquizofrênico: o mesmo governador que controlava a polícia e atacava os piqueteiros também emprestava o estádio do Hipódromo da Moóca para as assembléias grevistas. Além disso, seus representantes pronunciavam-se nesses comícios, e o próprio Nogueira Garcez afirmou a uma delegação de grevistas: "Eu compreendo o problema de vocês porque também sou do povo". (105)

O sucesso da "greve dos 300.000" também deveu-se às ações do governo federal do populista Getúlio Vargas, e de seu Ministro do Trabalho, João Goulart. A força de organização da greve foi, em grande parte, resultado da abolição, em 1951, por Getúlio Vargas, do atestado de ideologia para os candidatos a cargos sindicais. Esse atestado, fornecido pelo DOPS, fora o principal mecanismo usado pelo governo Dutra para evitar o retorno de líderes sindicais agressivos, quer comunistas, quer Getulistas.

A greve dos 300.000 também teve enormes implicações políticas para o regime Vargas. O enorme apoio que recebeu nas áreas urbanas de São Paulo foi muito importante para sua eleição em 1950 (no ABC, por exemplo, Vargas recebeu 84% do total de votos). Tomando a greve como evidência de sua negligência com relação à sua base eleitoral trabalhista, Vargas sancionou as iniciativas de João Goulart de forçar o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo a dar uma sentença favorável aos grevistas. (106)

O cálculo eleitoral dos políticos populistas, voltado

para a busca de votos, contribuiu decisivamente para o sucesso da greve de 1953, que foi fundamental para o movimento sindical paulista se recobrar do período repressivo de Dutra. Da mesma forma que os militantes trabalhistas de São Paulo em 1953, os observadores posteriores tenderam a focar a lacuna entre a vaga retórica pró-trabalhista e as ações inconsistentes destes políticos e do governo. Julgar estes populistas apenas em termos da admitida ausência de uma consistente política pró-trabalhista levou muitos observadores à contradição de seus próprios feitos: o por que dos trabalhadores sempre se deixarem enganar pela "demagogia populista" desses "políticos capitalistas".(107)

Para os 200.000 a 300.000 grevistas, no entanto, era um julgamento político razoável considerar esses políticos como estando de certo modo do seu lado, ao contribuir para a vitória da greve. Essa avaliação imperfeita pode não distinguir os amigos "reais" dos amigos "supostos", mas foi de grande utilidade para os trabalhadores nas urnas. Desde 1945, os trabalhadores vinham usando sistematicamente seus votos para punir os políticos (de qualquer partido) que não passassem no teste "de que lado você está" (como fizeram contra a UDN e o PSD entre 1945-1947).

Devemos também examinar o oportunismo populista do ponto de vista dos industriais. Após a greve de 1953, era razoável um industrial paulista concluir que esses políticos "demagógicos" tinham de fato contribuído para a vitória dos trabalhadores. Apesar de todas as conversas privadas e das garantias desses políticos, os industriais podiam culpá-los, e de fato o faziam, pelo aumento nos custos da mão-de-obra, e pelo problema causado pelo

renascimento do sindicalismo. De fato, a disposição anti-populista dos industriais brasileiros veio do julgamento realista dessas realidades.

As memórias do industrial têxtil paulista, Marcos Gasparian, escritas em 1973, são claras na discussão de política, políticos e trabalhismo após 1945. Relembrando os horrores de 1945-1947, Gasparian aclama Dutra como o melhor Presidente por ter governado "com ordem e autoridade" no final da década de 40. O período Dutra, relembra ele, não foi marcado pela demagogia que retornou após a eleição de Vargas em 1950. Ele recorda amargamente o que os críticos esquerdistas corretamente classificaram de palavreado social demagógico dos políticos do pós-guerra. Os discursos bombásticos dos candidatos incluíam sempre promessas do tipo "daremos um fim aos exploradores da miséria alheia, os industriais, que são denunciados por todos".(108)

Gasparian fala das "constantes greves" de 1953-54, e o que ele via como "atitudes demagógicas" dos novos líderes trabalhistas. Com relação ao Ministério do Trabalho - órgão Getulista da "paz entre as classes" - Gasparian recorda a rapidez com que seus representantes acusavam os empregadores de "reacionários", relutantes em fazer algo por seus trabalhadores. O Ministério de João Goulart, conclui, "alimentou a demagogia" existente entre os trabalhadores, enquanto que os sindicatos, "dirigidos por pessoas estranhas à classe, visavam apenas fins eleitorais".(109)

Gasparian relembra que, durante a República Populista em São Paulo, "as promessas feitas nas vésperas das eleições, obviamente, não eram para as classes conservadoras".(110) Por serem

obrigados a negociar com esses populistas, os industriais foram encontrar seus aliados entre os políticos conservadores das áreas rurais e entre os militares. Devemos enfatizar que isso foi resultado da revolução política originária do fortalecimento da classe trabalhadora urbana em 1945. Portanto, não é por acidente que São Paulo gerou três dos maiores representantes do populismo: Hugo Borghi, Adhemar de Barros e Jânio Quadros.

As contradições sociais entre trabalho e capital desenvolveram-se mais em São Paulo, dinâmico centro da industrialização brasileira. Os políticos populistas do estado estavam cientes das clivagens sociais que facilitaram suas carreiras (Hugo Borghi/queremismo; Adhemar de Barros/comunistas; Jânio Quadros/greve de 1953). No entanto, essas tentações eleitorais tinham que ser moderadas, uma vez no poder, por uma cuidadosa consideração da força dos empregadores e das classes conservadoras.

Por essa razão, os três populistas de São Paulo tornaram-se mestres na arte de tirar proveito político movendo-se em todas as direções, sem serem presas dos trabalhadores, nem tampouco dos empregadores. Como escreveu Mário Miranda Pacheco, o populismo assemelha-se a um espelho em suas relações com o mundo social. A essência do oportunismo de Adhemar pode ser encontrada no modo pelo qual sua política espelhava as profundas contradições sociais do estado, sem solucioná-las. O populismo, diz Miranda Pacheco ao discutir o caso da Bolívia, "é um movimento que manobra essas contradições por dentro, sem direcioná-las".(111)

Ressalta-se, geralmente, que essa manobra inconstante, oportunista e bi-lateral entre forças sociais conflitantes também

era característica da carreira de Getúlio Vargas. No entanto, apesar de conter uma parcela de verdade, essa observação é falha na distinção entre o que pode ser chamado de populismo eleitoral do pós-guerra (Borghí, Adhemar e Jânio) e a variante reformista associada à Getúlio Vargas e alguns de seus herdeiros trabalhistas. (112) Apesar de não ser esta a finalidade deste trabalho, um exame da carreira de Vargas após 1930 sugere que em toda a sua notória flexibilidade havia uma subjacente consistência de objetivos a ser buscada. Seu projeto reformista, que possuía uma importante dimensão ideológica, também tinha por destino final um Brasil diferente, mesmo que ainda capitalista. (113)

Adhemar de Barros, ao contrário, não possuía outra meta que não fosse sua carreira. Ele nunca colocou sua visão das bases sociais da política a serviço de um amplo impulso reformista ou da mudança da estrutura de poder e opulência no Brasil. Um líder como Adhemar era incapaz das iniciativas reformistas arrojadas que caracterizaram a contribuição de Getúlio Vargas para a vida brasileira, quer na política, quer nas questões trabalhistas.

Como político, o talento de Adhemar estava na sua habilidade em explorar as novas realidades eleitorais criadas pelo visionário Getúlio. Ao contrário do trabalhismo de Vargas e João Goulart, Adhemar e seus parceiros paulistas nunca enfatizaram, nem mesmo no plano da retórica, a necessidade de organização das classes populares - traço constante na retórica de Getúlio Vargas. Apoiado pela classe trabalhadora, o fato de ter sua base de organização entre os trabalhadores não agradava a Adhemar. Uma consistente ligação com o trabalhismo organizado só poderia mol-

dar uma figura que, como Jânio Quadros, ergueu sua carreira baseada em um posicionamento social ambíguo e na lealdade ao status quo. (114)

Assim, é muito natural que na crise do início da década de 60 Adhemar se encontrasse no lado oposto da variante trabalhista do populismo brasileiro. A decisão dos militares, em 1966, de cassar os direitos políticos de Adhemar foi igualmente natural. A eliminação do caminho eleitoral para o poder reduziu a utilidade de Adhemar para as classes altas, que além disso nunca o perdoaram por suas cínicas inconsistências e por sua demagogia.

A discussão de Mário Miranda Pacheco sobre o populismo boliviano indica vários pontos relevantes para o Brasil do pós-guerra. "Apesar de suas limitações", escreve ele, "o populismo abriu caminhos... (e) completou certos objetivos estranhos a seus próprios projetos políticos". O grau de consistência ou coerência a ser encontrado em um projeto populista, conclui, vem precisamente do grau de consistência e coerência das mobilizações populares, que dão vida e significado ao populismo. (115)

NOTAS

1. Maria do Carmo Campello de Souza & Bolívar Lamounier, "Jânio, Três Momentos na Vida de um Político", Isto É # 4 (1976), pp.55-57.
2. Regina Sampaio, Adhemar de Barros e o PSP (São Paulo, Global, 1982). Para detalhes biográficos, ver também Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (eds.), Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983 (Rio: Forense Universitária e FGV-CPDOC, 1984), vol. 1, pp.316-24. Há uma análise de um dos discursos públicos de Adhemar no capítulo, "O Favor Enquanto Espaço Político", em Guita Grin Debert, Ideologia e Populismo (São Paulo: T.A. Queiróz, 1979), pp.29-69. Infelizmente, a análise do discurso é mais produtiva quando utilizada para registrar um discurso público de um indivíduo em particular no tempo. Ao escolher o conservador discurso de posse de 1963, a autora selecionou um pronunciamento que não reflete as dimensões anti-status quo mais agressivas do discurso populista de Adhemar em períodos anteriores.
3. Sobre a dinâmica das eleições estaduais de 1954, 1958 e 1962, ver Oliveiros S. Ferreira, "Comportamento Eleitoral em São Paulo", Revista Brasileira de Estudos Políticos, #8 (1960), pp.162-228; Ibid, "A Crise do Poder do 'Sistema' e as Eleições Paulistas de 1962", Revista Brasileira de Estudos Políticos

16, pp.179-226.

4. Beloch e Alves de Abreu (eds.), Dicionário, vol. 1, p. 324; Alfred Stepan, The Military in Politics (Princeton: Princeton University Press, 1971), p.220; Flynn, Peter, Brazil. A Political Analysis (Boulder: Westview Press, 1979).
5. Francisco Weffort, "Raízes Sociais do Populismo em São Paulo", Revista Civilização Brasileira #2 (1965), pp. 39-60.
6. Peter Flynn, Brazil. A Political Analysis (Boulder: Westview Press, 1979), p.144; Antonio Carlos Felix Nunes, PC Linha Leste (São Paulo: Editorial Livramento, 1980), p.37. Homem de um grande senso de humor, Adhemar e seus adeptos fizeram sua campanha com um slogan incomum: "ele rouba mas faz". Silas Cerqueira, "Brazil", In: Jean Pierre Bernard et al, Guide to the Political Parties of South America (Middlesex: Penguin, 1973), p.19.
7. Cerqueira, "Brazil", p. 198; Robert J. Alexander, Latin American Political Parties (New York: Praeger, 1973), p.17; Mario Beni, Adhemar (São Paulo: Grafikor, s.d.), pp.77, 80.
8. Paul Drake, Socialism and Populism in Chile, 1932-1952 (Champaign-Urbana: University of Illinois Press, 1978), p.8; Steve Stein, Populism in Peru (Madison: University of Wisconsin Press, 1980), p.14.

9. Weffort, "Raízes Sociais"; Eduardo Dias, Um Imigrante e a Revolução (Memórias de Um Militante Operário, 1934-1951) (São Paulo: Brasiliense, 1983). O intelectual comunista Elias Chaves Neto fala das "massas populistas" que deram seu apoio a Adhemar "em troca de favores, às vezes reduzidos a promessas vãs", Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo (São Paulo: Alfa-Ômega, 1977), p.92. Silas Cerqueira escreve que Adhemar, para atrair votos, "fez uso exagerado do clientelismo...(com) promessas exageradas ao eleitorado no verdadeiro estilo demagógico", ("Brazil", p.200). Essas promessas de véspera de eleição eram facilmente justificadas por Adhemar e seus correligionários como parte natural do artifício da política de massa no Brasil. Mário Beni nota que "nessas condições, as promessas, nem sempre realizadas ou realizáveis, tornaram-se obrigatórias - a espinha dorsal das campanhas". Beni, (Adhemar, p.46.)
10. Hélio Jaguaribe, "Que é o Adhemarismo?", Cadernos de Nosso Tempo, Vol.2 #2 (1954), pp.139-40; revisto em Simon Schwartzman, ed., O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos do Nosso Tempo" (Brasília: Editora da Universidade, 1981), pp.23-30; Weffort, "Raízes Sociais". O fato de que os trabalhadores tenham votado em Adhemar em muitas ocasiões, num certo sentido, desqualificou-os como tendo uma mentalidade pequeno-burguesa, ou permitiu que fossem classificados, como faz Silas Cerqueira, como "sub-proletariado", ("Brazil", p.198). De modo similar, outro autor refere-se ao populismo paulista como a "rea-

ção espontânea" de uma classe trabalhadora "incapaz de ir além de suas reações instintivas", devido à ausência de uma liderança revolucionária e correta. José Alvaro Moisés, Greve de Massa e Crise Política (Estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo - 1953-54) (São Paulo: Polis, 1978).

11. O tratamento irônico dado à aliança do PCB com Adhemar é anterior à polêmica literatura contemporânea. O norte-americano Cold Warrior Tomlinson argumenta, por exemplo, que ao apoiar Adhemar, o "protótipo do capitalista ávido", os comunistas revelaram-se como os "cínicos oportunistas que são". Uma história recente do PCB não consegue ir muito além disso, simplesmente citando o pacto com Adhemar como exemplo "do oportunismo tradicional do partido". Ronald Chilcote, The Brazilian Communist Party, Conflict and Integration, 1922-1972 (New York: Oxford University Press, 1974), pp.299-301.

12. O alto grau de interpenetração entre os detentores do poder político e econômico em São Paulo no período de 1889 a 1937 está cuidadosamente documentado em Joseph L. Love e Bert J. Barickman, "Rulers and Owners: A Brazilian Study in Comparative Perspective", Hispanic American Historical Review, (vol.66, #4 91986), pp.743-765.

13. Para uma visão mais abrangente da legislação eleitoral de 1945, ver capítulo 6 de John D. French, "Industrial Workers and the Origin of Populist Politics in the ABC Region of

Greater São Paulo, Brazil, 1900-1950" (Ph.D., Yale University 1985; University Microfilms International, #8612957).

14. O estudo do procedimento de registro *ex-officio* foi descrito como uma forma de "fraude oficializada" que afetava principalmente os funcionários do governo (Maria do Carmo Campello de Souza, Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964) (São Paulo: Alfa-Ômega, 1976), p.121; Maria D'Alva Gil Kinzo, Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil (São Paulo: Símbolo, 1980), pp. 81-2. De fato, o grande número de *ex-officio* vinha das fábricas. Um oficial da companhia era requisitado para submeter uma lista de empregados a um tribunal eleitoral e devolver os cartões de identificação eleitoral para serem distribuídos na fábrica. Já que as listas submetidas não possuíam a assinatura dos participantes, muitos trabalhadores urbanos analfabetos foram incluídos, apesar da obrigatoriedade da alfabetização.
15. Para uma discussão mais abrangente dos acontecimentos políticos e sindicais de 1945-1947, ver French, "Industrial Workers", do capítulo 6 ao 9. Um trabalho recente resume a dinâmica de base da militância da classe trabalhadora de modo sucinto. John D. French, "Industrial Workers and the Birth of the Populist Republic, 1945-1946". O trabalho foi apresentado à Associação de Estudos Latino-Americanos na reunião de 23-25 e outubro de 1986 em Boston.

16. Aziz Simão, "O Voto Operário em São Paulo", Revista Brasileira de Estudos Políticos #1 (1956), pp.130-141.
17. Para uma abordagem da política dos movimentos trabalhistas de centro-esquerda no pós-guerra que diverge da anterior, ver French, "Industrial Workers", do capítulo 6 ao 8.
18. Jornal de São Caetano, 10/11/46.
19. Sobre o relacionamento entre os trabalhadores e o governo do estado em São Paulo no período de 1900 a 1945, ver French, "Industrial Workers", capítulos 1 ao 5.
20. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE SP), Processo 8b (1946).
21. Sobre o racionamento e o mecanismos de controle de preços, ver Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA), Anais, vol.3 passim. Sobre a carestia no Paranapiacaba, ver Diário de São Paulo, 14 de janeiro de 1947; Borda do Campo, 12 e 19 de maio de 1946, 11 de agosto de 1946.
22. Hoje, 28 de agosto de 1946, 03 e 14 de setembro de 1946; O Imparcial, 13 de julho de 1946; Jornal de São Caetano, 18 de agosto de 1946; Borda do Campo, 25 de agosto de 1946. Sobre a crítica do PCB à injustiça dos ataques policiais contra pequenos comerciantes, ver Hoje, 15 de julho de 1946.

23. Borda do Campo, 22 de dezembro de 1946, 22 de setembro de 1946, 20 de outubro de 1946, 10 e 24 de novembro de 1946; Hoje, 10 de setembro de 1946, 20 de fevereiro de 1947. Sobre o SESI, ver Aureliano Leite, Subsídios para a História da Civilização Paulista (São Paulo: Saraiva, 1954), p.372; SESI, O SESI em São Paulo, 1946-1958 (São Paulo, s.d.). A criação do SESI, conclui um estudioso, foi uma iniciativa de Simonsen e da FIESP. Phillip Schmitter, Interest Conflict and Political Change in Brazil (Stanford: Stanford University Press, 1971), p.435.
24. Folha da Manhã, 15 de janeiro de 1947; Diário de São Paulo, 03 de janeiro de 1947; Hoje, 28 de junho de 1946; Jornal de São Caetano, 12 de janeiro de 1946. Em 1954, um sociólogo paulista descreveu os esforços dos industriais do PSD para conquistar os votos urbanos no período de pós-guerra. Como os coronéis no interior, "o grande industrial tinha à sua volta um séquito de dependentes que o apoiava; não os trabalhadores, mas todos os interesses que dele dependiam através de seus múltiplos negócios". Maria Isaura Pereira de Queiroz, "Contribuição para o Estudo da Sociologia Política no Brasil", em Sociedade Brasileira de Sociologia, Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia (São Paulo, 1955), p. 227.
25. Jornal de São Caetano, 12 de janeiro de 1946, 22 de dezembro de 1946; Folha da Manhã, 18 de janeiro de 1947.

26. Antonio de Almeida Prado, Jornada de Democracia: Discursos Pronunciados na Campanha Eleitoral como Candidato ao Cargo de Governador do Estado de São Paulo (São Paulo: Livraria Martins, 1948), p.6.
27. Almeida Prado, Jornada, pp.86-89.
28. Aureliano Leite, Páginas de uma Longa Vida (São Paulo: Livraria Martins, s.d.), p. 367-68; Diário de São Paulo, 5 e 11 de janeiro de 1947; Almeida Prado, Jornada, pp.81-82; Herbert Levy, Problemas Básicos da Nação (São Paulo: s.r., 1950), p.36.
29. Almeida Prado, Jornada, p. 89.
30. Almeida Prado, Jornada, p. 33.
31. Almeida Prado, Jornada, pp.91-92.
32. Sergio Micelli, Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945) (São Paulo: DIFEL), pp.2,6.
33. Almeida Prado, Jornada, p. 90.
34. Almeida Prado, Jornada, pp. 81-82.

35. Almeida Prado, Jornada, pp. 86-87, 126.
36. Sobre Borghi, veja Gastão Pereira da Silva, Constituintes de 1946: Dados Biográficos (Rio: Spinoza, 1947), pp.227-28. Sobre Adhemar, ver Sampaio, op.cit., pp.39-40; Beloch e Abreu, (eds.), Dicionário, vol. 1, pp. 316-24.
37. Almeida Prado, Jornada, p.126, 87.
38. Hélio Silva, 1945: Porque Depuseram Vargas (Rio: Civilização Brasileira, 1976), pp.142, 276-77.
39. Idem, pp.286, 289. Borghi foi Secretário da Agricultura de Adhemar de Barros até março de 1948, quando foi demitido por causa de uma conferência em que propôs organizar temas agrários. (Beloch e Alves de Abreu, op.cit., p.319).
40. Sobre o programa do PTB paulista, ver Hoje, 5 de setembro de 1946.
41. Pereira da Silva, Constituintes, p. 228; Folha do Povo, 19 de junho de 1953; Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA), Processo 8746/46.
42. Sampaio, op.cit., p.53; Hoje, 28 de novembro de 1946; ESP, 10 de janeiro de 1947.

43. Sampaio, *op.cit.*, pp.49-51.
44. TRE SP, Processos 4, 6, 9 (1945).
45. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (PMSBC) Banco de Dados, "Dados Biográficos dos Prefeitos de São Bernardo do Campo"; Attilio Pessotti, Vila de São Bernardo (São Bernardo: PMSBC, 1981), pp. 108-9.
46. Hoje, 6 e 7 de agosto de 1946.
47. Ademir Médici, São Bernardo, Seus Bairros, Sua Gente (São Bernardo, PMSBC, 1981), pp.84-90; Raymundo Nonato da Silva é entrevistado pelo autor em 1982.
48. Hoje, 22 de agosto de 1946; 3 de março de 1947.
49. Idem, 6 de agosto de 1946.
50. Idem, 7 de agosto de 1946.
51. Idem, 6 de agosto de 1946.
52. Idem, 7 de agosto de 1946.
53. Idem, 4 de novembro de 1945, 27 de fevereiro de 1946 e 27 de setembro de 1946.

54. Diário de São Paulo, 25 de novembro de 1945; Edmundo Soares de Souza, "Gênese da Hora que Passa", O Imparcial, 16 de fevereiro de 1946.
55. Hoje, 9 de janeiro de 1946.
56. A rejeição de Braga pela troca desigual de auxílio era de origem recente. Em 1941, ele foi chefe de um comitê da ACISA encarregado de organizar "o Primeiro Grande Natal para os Filhos dos Trabalhadores de Santo André" (O Imparcial, 6 de novembro de 1941).
57. O Imparcial, 9 de novembro de 1946.
58. Diário de São Paulo, 5 de janeiro de 1947; Mário Beni, Adhemar (São Paulo: Grafikor, s.d.), pp. 180-81.
59. Diário de São Paulo, 7 e 8 de janeiro de 1947; Hoje, 7 e 8 de janeiro de 1947; ESP, 10 e 14 de janeiro de 1947.
60. O Imparcial, 11 de janeiro de 1947; O Imparcial, 16 de janeiro de 1947.
61. Aureliano Leite, Subsídios para a História da Civilização Paulista (São Paulo: Saraiva, 1954), p.374.

62. Jornal de São Caetano, 2 de fevereiro de 1947; TSE, Dados Estatísticos, vol. I, p. 60.
63. TRE SP, Boletim Eleitoral, vol. I, p. 94.
64. Quadro G8, Resultado das Eleições Governamentais no ABC, 19 de janeiro de 1947, em French, "Industrial Workers".
65. TSE, Dados Estatísticos, vol. I, p. 63.
66. Clóvis Leite Ribeiro, "A Classe Média e as Eleições de 19 de janeiro", Digesto Econômico, vol. III, nº 29 (Abril, 1947), p. 73. Ver também o editorial, "As Eleições e seus Resultados", Digesto Econômico, vol. III, nº 27 (Fevereiro, 1947). Para sugerir o impacto da vitória do PSP-PCB, Clóvis Ribeiro cita Luis XVI da França que, após a queda da Bastilha, comentou: "mas isso é uma revolta!" E veio a resposta: "Não, senhor, é uma revolução".
67. A derrota do PSD nas cidades, em si mesma compreensível, foi acompanhada de um desastre eleitoral no interior, o que era mais perturbador. Fora da capital, o PSD, com 34%, apenas superou o PTB em 4% e o PSP/PCB em 8%. A derrota do partido do interventor nas áreas rurais e a surpreendente divisão no interior representou uma revolução política que merece um estudo mais aprofundado. Apenas Hugo Borghi atingiu um equilíbrio de apoio nas cidades e no interior, parecendo indicar um bri-

lhante futuro para o PTB e o PTN.

69. Quadro G10, Resultado das Eleições para o Senado no ABC, 19 de janeiro de 1947, em French, "Industrial Workers"; TRE SP, (não publicado) "Votação dos Candidatos à Assembléia Estadual..." (1947); TRE, Boletim Eleitoral, vol.I, pp.269, 285.

Roberto Simonsen recebeu somente 3.708 votos a mais que o candidato comunista, o pintor mundialmente famoso Cândido Portinari, em um total de quase 500 mil votos. De fato, Portinari liderou nas primeiras semanas de apuração, até que vieram os resultados do interior. O PCB duvidou da contagem, alegando fraude (TRE SP, Processo 3708 [1948] [326/TSE]); Bernardo, Portinari, pp.102-3.

O resultado obtido por Simonsen também revelou um elemento importante da política e das alianças dos industriais. Procurando desempenhar um papel importante na política, os industriais eram incapazes de formar suas próprias bases eleitorais nas áreas urbanas. Portanto, eles dependiam de suas alianças com a sociedade agrária. 83% do total da votação de Simonsen veio do interior e Portinari teve apenas 40% dessa mesma área (TRE, Boletim Eleitoral, vol.I, p.156).

70. TRE SP, não foram publicados os resultados para a Assembléia Estadual.

71. Jornal, 1 de fevereiro de 1947.

72. Arquivo Nacional dos Estados Unidos, Memorando de São Paulo para a Embaixada Americana no Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1947.

73. O udenista Aureliano Leite (Subsídios, p.374) recorda que muitos membros das classes alta e média adotaram o argumento extra-legal de que Adhemar não deveria assumir por ser um candidato da minoria, com apenas 35% dos votos. Esse argumento seria repetido em 1950 quando Getúlio Vargas foi reeleito para Presidente.

Um editorial do Digesto Econômico de São Paulo atribuiu o péssimo resultado eleitoral ao fato de não se haver anulado o registro ex-officio de 1945. Essa iniciativa louvável e altamente "moralizante", dizia o Digesto, teria "barrado aqueles estratos sociais que, a rigor, não se acham em condições de exercer o direito de voto" - um segmento eleitoral mobilizado quase que exclusivamente pelos "partidos anti-democráticos". "As Eleições e seus Resultados", Digesto Econômico, vol. III, nº 27 (fevereiro, 1947).

74. ESP, 15 de março de 1947; Hoje, 27 de fevereiro de 1947; 10, 11 e 18 de março de 1947.

75. Hoje, 19 de março de 1947, 7 de maio de 1947.

76. O Secretário Geral do PCB, Luis Carlos Prestes, disse que muitos comunistas paulistas demonstravam inclinações refor-

mistas, gerando "ilusões perigosas" entre os trabalhadores, crítica esta aceita pelo comitê estadual do PCB de São Paulo na sua reunião de 5 de março de 1947. Prestes argumentou que essa fraqueza "ideológica" do PCB paulista refletiu sua estreita ligação com "as massas de trabalhadores" do estado, cujas "tendências reformistas" persistiam, apesar da sua demonstração de "grande consciência de classe". Hoje, 27 de fevereiro de 1947.

77. Hoje, 9 e 18 de março de 1947.

78. Este relato se encontra no jornal Hoje, 22 e 25 de março de 1947.

79. TRE SP, Diretórios Municipais, vol. 7 p.94.

80. Hoje, 19 de março de 1947. Tema similar foi realçado por Roberto Morena (Hoje, 18 de março de 1947).

81. Hoje, 22 de março de 1947.

82. Idem, 20 de março de 1947.

83... Idem, 19 de março de 1947 e 7 de abril de 1947.

84. Hoje, 19 e 22 de março de 1947, 2 de abril de 1947. Um fascinante relato na primeira pessoa sobre a greve da ferrovia São

Paulo-Goiás pode ser encontrado em Eduardo Dias, Um Imigrante e a Revolução (São Paulo: Brasiliense, 1983), pp.89-103. Adhemar de Barros nunca deu a assistência que havia prometido aos grevistas.

85. Hoje, 25 de março de 1947. Nessa época, o PCB tentava provar seu desejo de assumir as responsabilidades de um partido de governo. Seus esforços para moderar os conflitos das greves trouxe raiva e desilusão para os líderes do partido envolvidos na greve da ferrovia São Paulo-Goiás, principalmente quando Adhemar faltou com sua ajuda para resolver a greve a favor dos trabalhadores (Eduardo Dias, Um Imigrante, pp.100-101).

86. Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, memorando nº 1833, "Resultado Eleitoral no Estado de São Paulo", 13 de março de 1947, relata que "parece que ele [Adhemar] foi bem sucedido ao obter o apoio da maioria dos partidos conservadores... e que ele dará pouco reconhecimento aos comunistas por seu apoio... De acordo com os relatos de São Paulo, os empresários já se acostumaram com Adhemar de Barros no governo".

87. ESP, 15 de março de 1947; Hoje, março de 1947.

88. Hoje, 25 de março de 1947.

89. Idem, 22 e 25 de março de 1947, 8 e 10 de abril de 1947.

90. Idem, 25 de março de 1947.
91. Idem, 27 de março de 1947.
92. Sessão de 30 de abril de 1947, Anais da Assembleia, vol. I, pp. 903-6. O PCB já havia levantado o problema da intervenção governamental nos Sindicatos de Santo André e Santos (Sessão de 23 de abril de 1947, Ibid, p. 746).
93. O dilema político trabalhista foi exacerbado pela dissipação da coligação queremista de 1945. A influência dos votos da classe trabalhadora teria sido fortalecida se o PCB e o PTB permanecessem unidos na política do pós-guerra. Em janeiro de 1946, o PCB já havia falado da necessidade de união com os Trabalhistas. Contudo, o crescimento da força comunista e da rivalidade com o Trabalhismo getulista organizado levou a uma ruptura maior que dividiu o voto popular urbano potencialmente unificado em janeiro de 1947.
94. Aureliano Leite, Subsídios para a História da Civilização Paulista (São Paulo: Saraiva, 1954), p. 347; Paulo Nogueira Filho, Regime de Liberdade Social (Rio: José Olympio, 1951); Beni, Adhemar, pp. 186-8; ESP, 7 de maio de 1946.
95. Hoje, 18 de abril de 1947.

96. ESP, 1 de maio de 1947; Hoje, 6 de maio de 1947. Adhemar também compareceu aos Primeiros Jogos do Trabalhador no 1º de maio organizado pelo SESI, chefiado por Armando Arruda Pereira, de São Caetano. Competiram 150 times, incluindo os da Rhodia Brasileira do ABC e das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (ESP, 3 de maio de 1947).
97. ESP, 1º de maio de 1947.
98. Idem, 1º e 3 de maio de 1947.
99. O intelectual comunista Elias Chaves Neto relembra o comportamento de Adhemar nesses termos, "Quando os ventos mudaram, Adhemar de Barros, talvez para mostrar a diferença entre ele e os comunistas que o apoiaram, permitiu uma terrível repressão policial contra eles durante todo o seu mandato". Acontecimentos tais como o assassinato de três comunistas em Tupã, várias invasões ao jornal do PCB e violência contra manifestações caracterizaram a administração de Adhemar em 1948 e 1949.
100. Para uma melhor abordagem do sucesso comunista nas eleições municipais de novembro de 1947, ver French, "Industrial Workers", capítulo 10.
101. O Município, 13 de setembro de 1947; Sessão de 11 de outubro de 1947, Anais da Assembléia, vol. V, p.167. Ver também a

aprovação da prefeitura de Santo André a um requerimento para a mostra de um filme pela União das Mulheres Democráticas em 21 de maio de 1947.

102. Essas más interpretações, espalhadas por adhemaristas, foram fortalecidas pela posição do PCB contra qualquer intervenção do governo federal contra Adhemar mesmo após maio de 1947 (Hoje, 19 de junho de 1947, 23 de setembro de 1947).

103. O Diário de São Paulo de 19 de outubro de 1947 criticou abertamente a permissão aos comunistas de abrirem comitês eleitorais sem interferência. Segundo esse jornal, o DOPS dizia ser impossível impedir isso, a menos que a foice e o martelo do PCB fossem ostensivamente expostos.

104. Uma abordagem calculista em relação à questão trabalhista também foi característica dos governadores anti-adhemaristas de São Paulo. O industrial Marcos Gasparian - partidário de Jânio Quadros - fala de uma delegação de empregadores que se encontrou com o governador para dizer que a polícia não estava "reprimindo os desordeiros de suas fábricas", instigados pelos "pelegos" do PTB. Em um gesto típico, Jânio ameaçou renunciar e passar o governo para as mãos do menos confiável Porphyrio da Paz, dizendo que desta forma os empregadores teriam o governador que mereciam (Gasparian, O Industrial, p.93).

Com a aproximação das eleições de 1960, o governador de

São Paulo recusou-se a apoiar os empresários em uma greve das indústrias têxteis. Gasparian escreve que ele "não queria descontentar a massa dos trabalhadores já pensando nas próximas eleições, onde teria como adversário João Goulart, que se julgava líder dos trabalhadores do Brasil". Ele conclui que todos os políticos estavam prontos a fazer promessas às custas da indústria (Gasparian, O Industrial, p.103).

105. Moises, Greve, pp.70, 84, 86, 88 e fotos.
106. Dennis Linhares Barsted, Medição de Forças. O Movimento Grevista de 1953 e a época dos Operários Navais (Rio: Zahar, 1981) também examina o relacionamento entre a militância trabalhista e João Goulart em 1953.
107. Em um famoso ensaio, Kenneth Erickson pergunta: "Por que os trabalhadores sucumbiram à adulação dos políticos populistas se estes últimos não moveram o local do poder político para baixo na pirâmide social?" Ele crê que a resposta está na sua falta de "consciência de classe" , apenas "vagamente" percebendo as relações de classe. (Kenneth P. Erickson, "Populism and Political Control of the Working Class in Brazil", Proceedings of the Pacific Coast Council on Latin American Studies, vol.4, 1975, pp.127, 129). O exame da votação da classe trabalhadora pela perspectiva de "revolução" distorce a racionalidade por trás de suas escolhas nas urnas.

108. Marcos Gasparian (São Paulo: Livraria Martins, 1973), pp.55, 78.
109. Gasparian, pp.71, 72, 76.
110. Gasparian relata que a época da eleição era sempre um período de inquietação, onde os empresários deparavam-se com "pressões demagógicas de comícios à porta das fábricas" se não contribuíssem para os cofres dos políticos, principalmente no interior. Gasparian, O Industrial, pp.135, 104.
111. Mário Miranda Pacheco, "El Populismo en Bolivia", in: Werner Altman et al, El Populismo en America Latina (México: UNAM, 1983), pp.123, 130.
112. Como observa Darcy Ribeiro, o rótulo populista geralmente é aplicado sem que se leve em consideração as diferenças entre aqueles assim classificados. Darcy Ribeiro faz distinção entre o que chama de "Populista" (como Adhemar) e "Reformista". Baseado em sua experiência pessoal, ele faz uma ótima crítica a políticos do tipo de Adhemar. (Darcy Ribeiro, O Dilema da América Latina. Estruturas de Poder e Forças Insurgentes (Petrópolis: Vozes, 1978, pp.154-162).

Ao mesmo tempo, prefiro continuar usando o termo populista para discutir ambos os grupos "como parte do mesmo universo populista" (Octávio Ianni, Crisis in Brazil [New York: Columbia University Press, 1970], p.94). A distinção de

Darcy Ribeiro pode ser reformulada entre um populismo puramente eleitoral e outro puramente reformista.

113. Em um de seus ensaios, Werner Altman enfatiza a dimensão ideológica do discurso populista clássico nas décadas de 30 e 40, "Cardenas, Vargas y Perón, Una Confluencia Populista", in: Ibid et al, El Populismo en America Latina (México: UNAM, 1983), pp. 43-96.
114. E. Bradford Burns, A History of Brazil (New York: Columbia University Press, 1980), p.451 enfatiza os paralelos entre Getulio Vargas e Adhemar de Barros. Ao citar seu "apoio comum das massas populares", ele argumenta que ambos "apelavam direta e abertamente aos trabalhadores, conscientizando-os de seu poder e de como usá-lo". Ao caracterizar corretamente o trabalhismo, Darcy Ribeiro observa que a ênfase no apoio popular organizado é associada a populistas reformistas e não a populistas eleitorais, como Adhemar (Ribeiro, O Dilema, p. 157.
115. Mário Miranda Pacheco, "El Populismo en Bolivia", In: Altman et al, El Populismo, p. 130.

Anexo: Cronologia**Datas Chaves da História Política Paulista no Pós-Guerra**

1937: Implantada Ditadura do Estado Novo

29 de outubro de 1945: Golpe Militar depõe Getúlio Vargas.

12 de dezembro de 1945: Eleições nacionais para Presidente e Assembléia Constituinte; ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, do PSD, é eleito Presidente.

19 de janeiro de 1947: Eleições nacionais para governador e deputados estaduais; Adhemar de Barros, candidato do PSP e dos Comunistas (PCB), vence em São Paulo

14 de março de 1947: Posse de Adhemar de Barros no governo de São Paulo

07 de maio de 1947: decretada a ilegalidade do Partido Comunista (PCB) e suas instalações são invadidas

09 de novembro de 1947: eleições para Vice-Governador e cargos municipais em São Paulo; vitórias comunistas no ABC e em outros centros industriais.

03 de outubro de 1950: Eleição nacional para Presidente; vence Getúlio Vargas do PTB, apoiado por Adhemar de Barros do PSP; para

o governo de São Paulo é eleito Lucas Nogueira Garcez do PSP

22 de março de 1953: Jânio Quadros é eleito prefeito da cidade de São Paulo com a campanha: "O tostão contra o milhão"

03 de outubro de 1954: Jânio Quadros ganha a eleição para Governador do Estado de São Paulo, vencendo os candidatos do PSP, PSD e PTB